



RE

ESCOLA Informação

Nº 285 janeiro . 2019 . MENSAL . 0.50€

MONUMENTO AO PRECÁRIO DESCONHECIDO

INAUGURADO
NO DIA 7 DE FEVEREIRO DE 2019



Índice

**Precariedade estrutural
na Ciência e Ensino Superior**

LEITURAS



Bobbio, Norberto

O Futuro da Democracia

Paz e Terra, São Paulo, 2004.

Para o pensador político italiano Norberto Bobbio (1909-2004) "por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras e procedimentos para a formação de decisões coletivas em que está presente e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados" (p. 22), e em que a regra da maioria é vinculativa para os decisores políticos.

O autor alarga, porém, esta definição 'minimalista' de democracia. Antes de tudo, esta é antielitista, pois rejeita liminarmente que um único grupo se reproduza por cooptação

e exclua os outros da disputa do poder. Em segundo lugar, nunca se concebe como um regime perfeito, mas aberto à mudança e à transformação. Em terceiro lugar, é o único regime político que em consequência da sua própria imperfeição corre riscos. O primeiro risco são os poderes invisíveis que se sobrepõem aos controlos institucionais e acabam por influenciar as decisões coletivas. O segundo é a tecnocracia que se subtrai ao controlo dos cidadãos com o argumento de que as decisões políticas são cada vez mais complexas, o que exige uma formação técnica especializada que não está ao alcance da maioria. O terceiro é a constituição de grupos de interesse que tentam sobrepor o seu interesse particular ao interesse geral. Por fim, a democracia na esfera política contrasta com o predomínio de formas oligárquicas de poder noutras esferas, como acontece no mundo empresarial em que vigora a tutela patronal sobre o trabalho dependente. Estes riscos constituem, porém, um enorme desafio para a democracia que continua a ser o único regime político em que os conflitos se resolvem institucionalmente e não com

o recurso à violência e em que vigora o livre debate de opiniões e ideias na tomada das decisões coletivas. Na democracia os opositores não são vistos como inimigos ou como alvos a abater, mas como adversários políticos que poderão em eleições livres e democráticas elevar-se à direção do Estado. Mas é sobretudo o espírito de fraternidade herdado da Revolução Francesa de 1789 que está no âmago da democracia que, opondo-se a todas as lutas fratricidas baseadas no antagonismo amigo-inimigo, rasga os caminhos do futuro: "Hegel definiu a história como um «imenso matadouro». Poderemos desmenti-lo? Em nenhum país do mundo o método democrático pode perdurar sem tornar-se um costume. Mas pode tornar-se um costume sem o reconhecimento da irmandade que une todos os homens num destino comum? Um reconhecimento ainda mais necessário hoje, quando nos tornamos cada dia mais conscientes deste destino comum e deveríamos, por aquele pequeno fecho de razão que clareia nosso caminho, agir de modo consequente" (p. 52).■

Joaquim Jorge Veigunha



José Alberto Marques
DIRECTOR E.I.

Processo de reposicionamento dos docentes Um mar de iniquidades e uma clara inconstitucionalidade!

A pesar do enorme esforço levado a cabo pela FENPROF e pelos seus sindicatos, nomeadamente o SPGL, o Ministério da Educação publicou a Portaria de Reposicionamento sem ter em conta as nossas propostas apresentadas. O resultado, como era de prever, acumula várias ilegalidades, muitas injustiças e é inconstitucional.

Cerca de 56.000 docentes foram ultrapassados pelos cerca de 11.000 que foram reposicionados. O SPGL/FENPROF não põe em causa o reposicionamento destes últimos docentes, mas não pode admitir “ultrapassagens” na carreira, tanto mais que elas são manifestamente inconstitucionais e terão de ser resolvidas com o reajustamento dos que nela ingressaram antes dos congelamentos.

Esta atuação do Ministério da Educação, do atual e dos que o antecederam desde 2005, tem vindo a prejudicar duplamente os docentes já que não só deixou de contar o tempo de serviço para carreira – entre agosto de 2005 e dezembro de 2007 e dos anos de 2011 a 2017 – como também protelou a regulamentação do ECD, nomeadamente o nº 3 do artigo 36º que respeita à integração na carreira dos professores que entretanto foram ingressando nos quadros. A conjugação destes dois fatores, e a publicação da Portaria de Reposicionamento sem os ter em conta como o SPGL/FENPROF sempre defendeu, conduziu a um mar de iniquidades que atingem cerca de 56.000 docentes.

O Ministério da Educação, e o Governo, recusaram a recuperação da totalidade do tempo de serviço. E o primeiro regulamentou o processo de reposicionamento dos docentes que ingressaram na carreira a partir de 2011 exigindo-lhes requisitos a que não estavam obrigados enquanto professores contratados, ao mesmo tempo que arrastou a sua aplicação.

O que o SPGL/FENPROF defende é que os docentes que ingressaram na carreira antes de 2011 sejam colocados no mesmo escalão e tempo daqueles que ingressaram depois de 2011, com o mesmo tempo de serviço.

Se tal não for feito, os estragos na congruência da carreira podem nem sequer ficar por aqui, uma vez que estão a surgir sinais de que alguns dos docentes que ingressaram nos quadros entre 2011 e 2017, e que foram reposicionados por força da aplicação da Portaria em conjugação com as regras de progressão definidas no ECD, poderão, também eles, ver-se ultrapassados por colegas que ingressaram nos quadros em 2018.

Porém, o problema torna-se ainda mais grave quando se verifica que os docentes que ingressaram nos quadros após 2011, durante o último período de congelamento, e que agora foram reposicionados, podem vir a ser impedidos de progredir. Quer os que o deveriam fazer ainda em 2018 como aqueles que cumprirão os requisitos para a progressão em 2019. É preciso ter em conta que os efeitos do reposicionamento a 1 de janeiro de 2018 e o pagamento integral (e não faseado, como aconteceu com o descongelamento das carreiras) deveu-se à necessidade de garantir que no momento de progredir os professores já estariam reposicionados. Por isso, o SPGL/FENPROF entende que o Ministério da Educação não pode agora bloquear a progressão destes docentes, uma vez que tal seria ilegal. Se isso acontecer, o SPGL dará o seu apoio aos docentes que recorram aos tribunais para obrigar o Ministério da Educação à reposição da legalidade.

A única forma de resolver este mar de iniquidades reside na recuperação integral do tempo de serviço.

Independentemente do acionamento dos mecanismos judiciais para a reposição da legalidade em matéria de reposicionamento, o cerne da questão está na capacidade de mobilização dos docentes em torno da FENPROF e dos seus sindicatos de molde a endurecer a luta tendo em vista obrigar o Governo e o Ministério da Educação a sentarem-se à mesa das negociações para encontrar o tempo e o modo da recuperação integral do tempo de serviço, onde se inclui os 9A4M2D! ■



ficha técnica:

Diretor: José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luís Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista) . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha sobre fotos de Ana Moura e Pixabay . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A. . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Precariedade estrutural na Ciência e Ensino Superior

16 Cidadania

A alegada crise do Estado Social

18 Reportagem

Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido: 50 anos de presença nas sociedades

21 Daniel Jonas, Oblívio

22 Escola/Professores

22. Reposicionamento provoca ultrapassagens

23. Ação reivindicativa

25. A ADSE como bode expiatório do colapso do SNS

26 Internacional

- Fernando Haddad: A esquerda tem de imaginar o mundo que quer construir
- Partido da extrema direita alemão quer crianças a denunciar professores que o critiquem

27 Balanço de atividades do Grupo Escola Intercultural 2017/2018

29 Jornadas Pedagógicas

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Progressão na carreira do pessoal docente

Reposicionamento provoca ultrapassagens

Incompetência ou intencionalidade?

PÁGINA
22

Partido Socialista: uma estratégia suicida?

Não duvido de que o PS seja um defensor da escola pública e que queira aprofundar e melhorar esta importante função do Estado Social. Há medidas deste governo que apontam bem nesse sentido. Refiram-se, a título de exemplo, os diplomas sobre o Perfil do Aluno, o fim dos exames no 4º e 6º anos, o combate ao insucesso, e mesmo, apesar da polémica que suscitam, os diplomas da flexibilidade curricular e sobre a escola inclusiva. Acrescente-se uma mais facilitada vinculação de contratados, num combate à precariedade dos docentes.

Mas boa parte destas medidas pedagógicas tornar-se-ão inaplicáveis se os professores e os educadores não as “agarrarem” como suas, como apostas na construção de uma escola pública de qualidade. E é impossível que os docentes as “agarrem” no estado de crispação e conflito em que vivem devido à absurda intransigência e mesmo incompetência que o governo e o M.E. têm mostrado nas questões da recuperação do tempo de serviço e do reposicionamento.

O governo mente quando insiste numa suposta intransigência dos sindicatos dos professores que, desde cedo, se mostraram disponíveis para fasear longamente o período da recuperação do tempo de serviço, de modo a não criar graves problemas financeiros. E não se reduza a “populismo” os que afirmam que os governos têm sempre dinheiro para “salvar bancos” e cumprir as suas obrigações internacionais mas dizem não o ter para cumprir as obrigações para com os seus cidadãos, neste caso, para cumprir o que foi “acordado” com os seus educadores e professores. As obrigações para com uns são mais “obrigatórias” do que para com outros? O que se passa com o “reposicionamento” é inacreditável. Apesar dos alertas dos sindicatos da FENPROF, o M.E. impõe soluções de que resultam situações absolutamente ilegais de ultrapassagem de docentes com mais tempo de serviço por colegas com menos tempo de serviço. Incompetência? Intencionalidade?

Ao alimentar o ambiente de crispação e de legítima revolta da classe docente, O PS está a dar trunfos aos partidos da direita. E, mais grave, a travar a necessária melhoria da Escola Pública.

É necessário que o governo e o PS repensem a sua estratégia. ■

Miguel André

■ Precariedade estrutural na Ciência e Ensino Superior

No quadriénio 2015-2019 (quase coincidente com a legislatura vigente) as principais ações da Direção do SPGL no que respeita ao Ensino Superior, Investigação e Ciência passaram, em consonância com os outros sindicatos da FENPROF e outras associações, pelo combate à precariedade, designadamente através do seu enorme envolvimento no programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública - PREVPAP (que tem taxas baixíssimas de regularização de vínculos), pela reivindicação de legislação que resolva a situação dos Leitores das Universidades Portuguesas, pelo acompanhamento da aplicação do diploma do “emprego científico” e das novas disposições previstas na Lei 65/2017 relativas ao regime transitório do politécnico, assim como pela exigência de um descongelamento das carreiras não discriminatório e pelo combate à transformação das instituições em fundações. Todos estes processos têm sido extremamente importantes pois revelaram problemas e disfuncionalidades estruturais desconhecidas da opinião pública quer ao nível do funcionamento das instituições quer das condições de vida e de trabalho dos docentes, investigadores e outros trabalhadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Como sabemos, o quadriénio está quase a terminar e quase nenhum destes problemas foi resolvido. Importa, por isso, reforçar a mobilização, na medida em que os ganhos alcançados se encontram sempre associados à ação reivindicativa dos trabalhadores do Ensino Superior e da Ciência. O propósito deste dossiê do “Escola Informação” dedicado ao Ensino Superior, Investigação e Ciência é o de relançar o importantíssimo debate sobre as questões que afetam o setor, envolvendo todos na luta que se avizinha. ■

José Alberto Marques

Precariedade versus aposta na ciência

• Paulo Granjo

Instituto de Ciências Sociais - ULisboa

Dossier

Precariedade estrutural na Ciência e Ensino Superior

O sistema científico nacional aumentou exponencialmente a sua capacidade e potencial no último par de décadas. Contudo, isso foi alcançado através de uma massa crítica fornecida, no fundamental, por posições precárias que não conduzem à integração na carreira, mas a uma permanente marginalidade. Cerca de 2/3 dos investigadores são precários, numa multiplicidade de estatutos, tipos de contratação e níveis hierárquicos (*ver caixa*).

Os impactos orçamentais da última crise e as vontades políticas inviabilizaram que tal massa crítica fosse absorvida pelo sistema (através da rotação demográfica e da sedimentação de necessidades e de meios), tornando tais situações transitórias numa nova 'normalidade' permanente. Em resultado disso, o sistema científico

ficou dependente e baseado na precarização estrutural, acabando muitas instituições por adaptar a sua estrutura e *modus operandi* a essa disponibilidade de mão-de-obra sem direitos e paga por outros, mantendo cientistas a saltar entre bolsas e contratos precários durante 10, 15 ou 20 anos.

A generalização da precariedade estrutural é, claro está, dramática para os/as cientistas que a vivem, para além de constituir uma inaceitável exceção laboral, com graves implicações sociais e éticas. Mas é igualmente problemática, a vários níveis, para os centros de pesquisa académica autónomos. Em primeiro lugar, a incerteza acerca da futura disponibilidade de investigadores com os vários perfis e competências específicas que lhes são necessários instabiliza o planeamento a prazo dessas instituições. Depois, as limitações que os ciclos contratuais de curto prazo impõem às opções científicas dos

precários e das suas instituições tornam-se um obstáculo a programas de pesquisa longos e inovadores, que possam transcender a 'ciência normal'. Em terceiro lugar, uma situação de precariedade que nega aos cientistas que a vivem expectativas realistas de integração na carreira num prazo razoável dificulta, às instituições, a fixação daqueles que têm especialidades internacionalmente mais competitivas. Finalmente, a precarização estrutural é um obstáculo quer para a renovação geracional, quer para a reprodução da cultura institucional.

Claro está, existe também um outro tipo de instituições, criadas em precariedade. São aquelas 'privadas' *de jure* mas que pertencem *de facto* a universidades públicas, que não têm custos de pessoal investigador porque baseiam as suas pesquisas, em parte, no tempo livre de docentes pagos para lecionar nas faculdades que possuem esses centros e, sobretudo,

Trabalhadores precários no Ensino

PELO DIREITO
A UM EMPREGO

27 MARÇO • 14h30
Praça Camões - Lisboa



em batalhões de investigadores precários pagos pela FCT ou pelo financiamento externo dos projetos que desenvolvem.

Com tanta facilidade para brilhar e tão poucas responsabilidades laborais, é um modelo acarinhado pelo atual ministro e por muitos reitores, que se têm empenhado na manutenção da precariedade. Contudo, para além de socialmente iníquo, falacioso e baseado na dissipação de recursos humanos, esse modelo repetitivo chegou a um beco sem saída. O seu potencial está esgotado, apenas permitindo ‘mais do mesmo’. Pelo contrário, se o omnipresente discurso político que aponta a necessidade de uma aposta estratégica na ciência para alavancar o desenvolvimento socioeconómico do país é para ser levado a sério, esse modelo e a precarização estrutural são contraproducentes para os interesses nacionais.

É que, se tal discurso não é apenas retórico e uma efetiva aposta

na ciência é um desígnio, logo que existam condições para tal, então será crucial um salto qualitativo e, para isso, várias condições terão que ser reunidas – e salvaguardadas desde já.

Antes de mais, a massa crítica existente é o ponto de partida indispensável para qualquer futuro salto, sendo essencial fixá-la, estabilizá-la e preparar o seu alargamento. Não há cientistas a mais; para uma aposta estratégica, são poucos, sendo necessários quer aqueles que já investigam, quer os que se virão a formar.

É também necessário assegurar que a entrada no sistema científico seja justa em termos laborais e humanos, para além de potenciadora das capacidades pessoais e coletivas. A precariedade permanente terá que ser substituída por um rigoroso e transparente modelo de *tenure track*.

Será ainda imprescindível criar e estabilizar, nas várias áreas, as condições para programas de in-

vestigação aprofundada de longa duração, e não apenas projetos inopinados.

Por fim, capitalizar a produção científica para o bem-estar nacional requer um substancial, estável e previsível investimento em meios humanos e materiais. Tal não será fácil, num país que ainda enfrenta os desafios de estabilizar as finanças públicas e de curar as feridas sociais e económicas criadas pelas políticas de ‘austeridade’. Mas, por um lado, os valores necessários a uma efetiva aposta estratégica na ciência serão sempre pouco relevantes no conjunto do Orçamento de Estado. Por outro, o potencial de alavancagem desse investimento será, expectavelmente, muito maior do que o de um gasto similar em qualquer outra área de atividade.

Isto, se assumirmos que uma aposta estratégica na ciência e a precarização estrutural do sistema científico são duas coisas incompatíveis. ■

posição	acesso	vínculo	duração	categorias = carreira ?
“laboratório associado”, ou “financiamento estratégico”	concurso internacional na instituição	a termo incerto	indeterminada	sim
		a termo certo	até 6 anos	
“investigador FCT”	concurso internacional FCT	a termo certo	até 5 anos	sim
“investigador convidado”	escolha da instituição	a termo certo	variável	sim
DL 57/L 57	concurso internacional FCT	a termo certo	até 6 anos	sim e abaixo
“norma transitória” DL 57/L 57	concurso internacional na instituição	a termo certo (público) ou incerto (privado)	até 6 anos	abaixo
“bolseiro pós-doc”	concurso internacional FCT	a termo certo	até 6 anos	abaixo
“bolseiro de projeto”	concurso na instituição	a termo certo	variável	abaixo
“Programa Ciência” (extinto)	conc. internacional na instituição	a termo certo	até 5 anos	sim



Meritocracia, um consenso discutível

• André Carmo

IDESI-SPGLI

Dossier

Precariedade estrutural na Ciência e Ensino Superior

Mérito. Esta é, provavelmente, uma das palavras mais utilizadas por docentes, investigadores e demais trabalhadores do sistema de ensino superior e ciência. O poder desta ideia e, mais do que isso, da racionalidade que encerra em si, reside justamente na sua natureza ubíqua e incontrovertida. Hoje, ninguém ousa criticar o discurso meritocrático e a ideia da meritocracia como mecanismo mais adequado para levar a cabo a medição do talento, do esforço e da qualidade do trabalho. O enraizamento institucional desta lógica é de tal forma profundo que, num certo sentido, ela se torna natural e, por isso, invisível e incontestada. Quer se trate de catedráticos ou assistentes convidados, bolsheiros de investigação ou leitores, gestores de ciência ou investigadores FCT, poucos se atrevem a questionar os fundamentos da meritocracia. Pelo contrário, inscrevem-na nos seus sistemas de crenças e rapidamente se tornam paladinos da sua defesa. Por conseguinte, a meritocracia perpassa todos os níveis de funcionamento das instituições de ensino superior e ciência e todos aqueles que nelas trabalham assumem, quase sempre com excessiva bonomia, que esta é desejável e vantajosa. Não tendo a pretensão de, neste pequeno texto, desconstruir tão poderosa ideia, muito menos de

avançar com uma alternativa consistente e sistematizada que, de uma penada, pudesse substituí-la integralmente, pretendo apenas dar início a uma reflexão crítica sobre a meritocracia enquanto elemento central de um processo mais abrangente de transformação das universidades portuguesas.

Em *Against Meritocracy*⁽¹⁾, defende-se que em contextos nos quais a mobilidade social se encontra severamente bloqueada, tal como um recente relatório da OCDE demonstra que é o português⁽²⁾, a meritocracia se tornou um instrumento privilegiado de reprodução do poder e de legitimação da hegemonia cultural do neoliberalismo contemporâneo. Longe de ser neutra e inócua, é uma ideia “armadilhada” que apresenta vários problemas. Se, a partir de apenas dois deles, ensaiarmos uma brevíssima aproximação à situação que se vive hoje em grande parte das universidades portuguesas, obtemos um retrato ilustrativo do modo como a meritocracia se materializa nos discursos e nas práticas quotidianas da academia e os seus efeitos insidiosamente perversos se fazem sentir.

Em primeiro lugar, a meritocracia assenta num sistema “competitivo, linear, hierárquico”, em que a um topo altamente afunilado corresponde uma base de grande amplitude. Esta é, efetivamente, a configuração atual das carreiras académicas (docente e investiga-

ção), existindo uma imensa multidão de trabalhadores precários, bolsheiros ou contratados a termo, sob cujos ombros se sentam os gigantes, numa lamentável inversão da conhecida expressão newtoniana. A produção científica, cada vez mais volumosa e de melhor qualidade, deve muito a estes trabalhadores que, no entanto, olham para a possibilidade de ingresso numa carreira como uma absoluta miragem. De cima para baixo, os reitores, magnânimos, reiteram constantemente os seus alegados méritos, diminuindo, muitas vezes de forma ofensiva e insultuosa – vide a posição oficial do CRUP relativamente ao PREVPAP⁽³⁾ – o trabalho altamente qualificado de quem está na base da hierarquia académica. Em segundo lugar, a meritocracia promove atitudes profundamente egocêntricas que, para além de serem socialmente corrosivas, legitimam a desigualdade, instaurando um estado de permanente competição. Publicar ou perecer. Este é, indiscutivelmente, o alfa e o ómega da ciência contemporânea. Mas só isso não basta. É preciso ser primeiro ou único autor, é preciso publicar em revistas científicas com elevados fatores de impacto, é preciso publicar em inglês, é preciso publicar mais que todos os outros. Mais e mais. Cada vez mais. É preciso também captar investimento, atrair bolsheiros e estudantes internacionais, ser bem avaliado pelos alunos e muito, muito mais. Não



há tempo a perder! Esta lógica, voraz e auto-flagelante, pois nunca ninguém parece ter qualidade suficiente para cumprir os exigentes padrões cujas metas estão constantemente a distanciar-se, atomiza os académicos, instrumentaliza os laços e as relações interpessoais, em suma, degrada a qualidade das universidades, de um ponto de vista socioprofissional, e leva à “corrosão do carácter”⁽⁴⁾ de todos quantos nelas trabalham.

Quanto mais desigual for uma sociedade, mais intensa e poderosa se torna a “narrativa” meritocrática⁽⁵⁾, sendo sobretudo mobilizada pelas camadas ou grupos sociais que se encontram no topo da pirâmide social para, por um lado, acentuar a distinção existente entre si próprios e os outros e, por outro, tornar virtualmente impossível o acesso a um espaço que veem como sendo seu por direito próprio. A universidade, pela sua própria natureza elitista e conservadora, eleva a meritocracia ao paroxismo. Num país onde,

como disse recentemente um destacado membro do governo, a democracia parece ficar à porta das universidades, a meritocracia opera, em primeiro lugar e sobretudo, enquanto instrumento legitimador da exclusão, enquanto dispositivo que permite gerir a desigualdade.

(1) Littler J (2017) *Against Meritocracy: Culture, Power and Myths of Mobility*. Routledge, London.

(2) OCDE (2018) *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*. OCDE, Paris.

(3) http://www.crup.pt/crup/sitecrup/wp-content/uploads/2018/03/Comunicado_Mar%C3%A7o_2018.pdf

(4) Sennett R (2000) *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*. W. W. Norton & Company, New York and London.

(5) Mijs J J B (2019) The paradox of inequality: income inequality and belief in meritocracy go hand in hand. *Socio-Economic Review*. <https://doi.org/10.1093/ser/mwy051> ■

Quanto mais desigual for uma sociedade, mais intensa e poderosa se torna a “narrativa” meritocrática⁽⁵⁾, sendo sobretudo mobilizada pelas camadas ou grupos sociais que se encontram no topo da pirâmide social para, por um lado, acentuar a distinção existente entre si próprios e os outros e, por outro, tornar virtualmente impossível o acesso a um espaço que veem como sendo seu por direito próprio

O trabalho científico e as suas instituições: precariedades sem fim à vista

• Ana Ferreira

INúcleo de bolseir@s, investigador@s e gestor@s de ciência da NOVA FCSH; CICS.NOVA Universidade Nova de Lisboa

Nas últimas décadas, e exce- tuando o período entre 2010 e 2015, as ati- vidades cientí- ficas foram dotadas de crescentes níveis de investimento público que se traduziram num desenvol- vimento assinalável do sistema científico e tecnológico nacional. Aqui chegados, eis que o Orçamento do Estado para 2019 apresenta um crescimento do investimento no sector da ciência e ensino superior. Boas notícias, convenhamos. Ou talvez nem tanto assim. O argumento aqui apresentado é que o salutar cres- cimento do investimento público em atividades científicas, que nos recoloca em níveis similares aos de há uma década¹, permanece insuficiente.

Centrando-nos no subsector da ciência, este investimento, a ser executado, traduzir-se-á mais acentuadamente num reforço do emprego científico para doutores, possibilitando a alteração de um modelo baseado em sucessivos contratos de bolsa, por outro as- sente em contratos de trabalho a prazo. Se as virtudes desta altera- ção não estão em causa, o nú- mero de contratos anunciados, o modelo de emprego científico a ser implementado e a sua relação com as restantes dimensões do sector da ciência e ensino supe- rior, merecem ser debatidos.

Começemos pelos números. Os cerca de 5 mil contratos a pra-

zo para doutores que o Governo anuncia e volta a anunciar, reve- lando-se uma excelente notícia, têm necessariamente de ser con- textualizados à luz dos 3 a 4 mil novos doutores por ano em Portu- gal e dos quase 30 mil da última década². Equacionados, também, à luz da limitadíssima contrata- ção pelas instituições académicas ao longo do mesmo período, da absorção residual destes traba- lhadores pelo sector industrial ou outros e da não abertura de con- cursos promovidos pela FCT entre 2015 e o início de 2018. 5 mil contratos é excelente, mas está longe de ser suficiente. Acresce, que como a generalidade destes contratos não está associada a fi- nanciamento para os programas de trabalho propostos, o seu cum- primento poderá estar em causa. Mas as insuficiências do atual programa de emprego científi- co não acabam por aqui. Por um lado, ao impor o grau de doutora- mento para o acesso a um contra- to de trabalho, condena-se ao es- tatuto de “bolseiros em formação avançada” técnicos de investiga- ção e investigadores não douto- rados, cujo trabalho é paradoxal- mente contabilizado nos índices de produtividade dos seus cen- tros. Por outro lado, ao promover contratos a prazo sem efetiva in- tegração numa carreira científica, institucionaliza-se a precariedade ao longo de todo o percurso labo- ral. Simultaneamente, as institui- ções destes investigadores, com um corpo docente envelhecido

e sobrecarregado de atividades letivas e administrativas, apre- goam a investigação como uma das suas missões. Mas, asfixiadas por financiamentos insuficientes, incapacitadores de uma estratégia para lá do curto prazo, condição não ultrapassada pelo atual Or- çamento do Estado, empurram os investigadores para financiar salários e projetos, produzir arti- gos em catadupa, articular ensino e investigação (leia-se lecionar *pro bono*) e comunicar com a so- ciedade civil. Claro. Aos investi- gadores, resta-lhes incorporar de cara alegre o papel de empreen- dedores estilo século XXI, mul- tifuncionais e pró-ativos, eter- namente apaixonados pelo seu trabalho e muitas vezes explora- dos por hierarquias institucionais que os avaliarão num próximo concurso.

Posto isto, urge repensar um sis- tema que permanece amputado por precariedades de trabalha- dores, programas e instituições. Urge calendarizar e articular os diferentes tipos de financia- mentos, equacionando o emprego científico na sua multiplicidade, promovendo a integração efetiva dos trabalhadores e disponibili- zando financiamentos ajustados ao cumprimento de programas de investigação e estratégias institu- cionais. Isto requererá um maior crescimento do financiamento público e uma articulação mui- to mais fina das suas diferentes dimensões. Esta construção ne- cessita da participação de todos,

ultrapassando idiosincrasias de percursos e posições, para uma construção que tem necessariamente de pensar o todo para sanar os problemas de cada uma das suas partes. ■

1. Estatísticas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Dados disponíveis em <https://www.fct.pt/estatisticas/ResumoEstatisticasVisaoGlobal.pdf>

2. Indicadores relativos indicadores relativos ao ensi-

no superior no século XXI da Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência. Dados disponíveis em <http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/index5.asp>



Estatuto do Bolseiro de Investigação: uma via para a precariedade na ciência

• **Sandra Pereira**

Presidente da ABIC e investigadora CLUL/FLUL

Na atual legislatura, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) estabeleceu 8 vias para o emprego científico⁽¹⁾, mantendo aberta a via para a precariedade, também conhecida como Esta-

tuto do Bolseiro de Investigação (EBI, criado em 2004 - Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto; Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro; Decreto-Lei n.º 89/2013, de 9 de julho). A ser verdade que pelas 8 vias anunciadas serão contratados 5000 doutorados (a maioria com contratos a termo,

note-se), muitos mais serão os trabalhadores que continuarão a exercer funções por via do EBI, alguns deles há vários anos ou mesmo décadas.

Dentro da tipologia legal em vigor podem ser bolseiros: i) doutorandos; ii) pós-doutorados que não sejam abrangidos por nenhuma das 8 vias anunciadas; iii)

investigadores que trabalhem no âmbito de projetos de investigação, independentemente do grau académico; iv) pessoal que nas instituições faz trabalho técnico e administrativo de apoio à ciência e investigação e a outras áreas; v) outros profissionais (como o caso dos pedreiros e jardineiros do Instituto Superior de Agronomia, da bolsa para cobrança coerciva de propinas da Universidade de Coimbra, ou das bolsas para bibliotecários que abundam por aí). Basta, portanto, as instituições quererem e há sempre forma de contratar um trabalhador com um contrato de bolsa, ainda que o EBI estipule no ponto 5 do art.º 1 que “*é proibido o recurso a bolseiros de investigação para*

o verdadeiro ataque à precariedade na ciência só se fará quando houver coragem para a revogação do EBI. Mesmo que, a partir de agora, alguns doutorados sejam contratados com contratos de trabalho (a termo e abaixo do salário equivalente na carreira), nada garante que no final dos mesmos não se volte às bolsas, até porque, à semelhança dos programas anteriores para a contratação de doutorados, fica a faltar a perspetiva de integração na carreira

satisfação de necessidades permanentes dos serviços”.

Como é que essa precariedade se manifesta?

Os contratos de bolsa não geram relações de natureza jurídico-laboral nem de prestação de serviços (art.º 4º), ficando o bolseiro desprotegido em caso de doença ou desemprego. Também não dão acesso a subsídio de Natal, de férias ou a qualquer indemnização

em caso de cessação da bolsa. Os descontos para a Segurança Social são feitos aderindo ao Seguro Social Voluntário, significando que a vida contributiva destes trabalhadores lhes dará acesso a uma reforma de miséria.

No atual momento político e económico, é inaceitável que a última atualização generalizada do valor das bolsas tenha ocorrido em 2002. Mesmo que no Orçamento do Estado de 2019 esteja contemplado um aumento para todas as bolsas, é um aumento que não tem em conta a perda do poder de compra ao longo de 17 anos. Ou seja, em sucessivas legislaturas, o rendimento dos bolseiros não foi uma prioridade!

Note-se, igualmente, que os bolseiros desempenham as suas funções em regime de dedicação exclusiva, não sendo permitido o exercício de qualquer outra função ou atividade remunerada (art.º 5º). Esta exclusividade foi levada ao extremo pela atual direção da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) que chegou ao ponto de pedir a futuros bolseiros que se desvinculassem de associações sociais ou científicas para poderem assinar o contrato de bolsa. Também a Universidade de Lisboa criou uma bolsa de apoio ao doutoramento (BAD) que, na prática, consistia no pagamento da propina ao doutorando. Uma vez que a BAD se enquadrava no EBI, exigia exclusividade e a participação do bolseiro na atividade docente da sua faculdade. Nem a FCT nem o MCTES se incomodaram com tais bolsas, ainda que tivessem sido denunciadas. Foi a própria universidade que as retirou ao fim de dois anos porque os candidatos, quando se apercebiam das condições, acabavam por não as aceitar.

Adicionalmente, os bolseiros, que estão durante anos nas instituições, não podem participar na vida democrática das mesmas: por não serem alunos nem trabalhadores com contrato estão impedidos de eleger e ser eleitos

para os órgãos da instituição à qual pertencem e na qual diariamente trabalham.

Ainda sobre o papel das instituições na precariedade dos trabalhadores científicos, é de referir que a FCT paga às instituições o valor máximo da propina (2750€/ano por doutorando) mesmo que o valor desta seja inferior. O doutorando não só não tem muitas vezes um posto de trabalho como também está impedido de gerir a verba que sobra da propina, por exemplo, para a ida a congressos ou para outras despesas de formação.

Também da parte da FCT, o constante desrespeito pelos prazos na divulgação dos resultados dos concursos e recursos, a demora na assinatura dos contratos com consequente atraso no pagamento e a insuficiência de informação relativa a painéis de avaliação e às respetivas atas acentuam a precariedade e a instabilidade na vida dos investigadores.

Em síntese, o verdadeiro ataque à precariedade na ciência só se fará quando houver coragem para a revogação do EBI. Mesmo que, a partir de agora, alguns doutorados sejam contratados com contratos de trabalho (a termo e abaixo do salário equivalente na carreira), nada garante que no final dos mesmos não se volte às bolsas, até porque, à semelhança dos programas anteriores para a contratação de doutorados, fica a faltar a perspetiva de integração na carreira. A abundância de anúncios para bolsas de pós-doutoramento e, por exemplo, para bolsas de gestão de ciência e tecnologia mostra que o EBI continua vivo e de boa saúde, consentindo que milhares de bolseiros se mantenham na precariedade garantida por um vínculo de bolsa. ■

(1) Cf. <https://www.portugal.gov.pt/media/26046740/20170313-mctes-emprego-cientifico-graf.pdf> [acesso a 24/01/2019]

A insustentável discricionariedade na aplicação da Lei 57/2017

• Roberto Falanga

Investigador de pós-doutoramento e membro da Rede de Investigadores contra a Precariedade Científica



Uma lei é uma lei, uma bolsa de investigação é uma bolsa de investigação, e um contrato de trabalho é um contrato de trabalho. *Repetita iuvant* na discussão por vezes confusa que tem vindo a ocupar a agenda de universidades e instituições de ensino superior, após a tomada de posição do governo para uma nova política de contratação de investigadores doutorados em Portugal.

A Lei 57/2017 - que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei 57/2016 - define o novo regime de contratação com o fim de estimular o emprego científico e, portanto, a inserção de investigadores contratados no sistema académico. Para efetivar esta lei foi

pedida a abertura de procedimentos concursais para a categoria de carreira de investigação científica ou docente, respeitando uma norma transitória que estabelece dois prazos: 31 de dezembro de 2017 e 31 de agosto de 2018. Note-se, no entanto, que estes prazos não prejudicam a abertura, a todo o tempo, de procedimentos concursais nos termos legais indicados e conforme os interesses estratégicos das instituições de ensino superior.

Enquanto tais interesses estratégicos serão legitimamente discricionários por definição, dependendo da agenda com que cada instituição decidirá construir (ou desconstruir) o seu futuro, a contratação não deveria ter nada de discricionário perante uma lei que define os seus termos legais. Contudo, e sem prejuízo de ini-

ciativas futuras que poderão ser tomadas pelo governo e/ou instituições, a recente aplicação desta lei nos prazos indicados levanta algumas dúvidas. A mais patente e alarmante emerge do facto de, até à data, os concursos não terem sido abertos de forma igual em todas as instituições de ensino superior do país.

Porquê?

Para responder a esta pergunta o governo deveria ter previsto algum instrumento de fiscalização que, até ao momento, não foi criado para o efeito. Em alternativa, precisaríamos de ter um mapeamento de todos os casos de incumprimento da lei, juntamente com um levantamento pormenorizado sobre as razões que levaram as instituições ao mesmo. Precisaríamos também de conhecer com clareza os percursos dos

investigadores que induziram as instituições a considerarem legítima a não abertura dos concursos.

A ausência de uma resposta clara tem repercussões para todos os atores envolvidos num cenário que tem vindo a assumir traços kafkianos. Esta ausência não afeta negativamente apenas a vida profissional daqueles investigadores que foram deixados à beira dum Estado que transformou os direitos em opções, opções essas que estão sempre sujeitas à discricionariedade dos que contratam e não constituem uma garantia dos que deveriam ser contratados. Esta ausência prejudica também a credibilidade das instituições e do governo, ou apenas a sua imagem, sempre que as razões adiantadas reforçam os indícios de que o arcabouço normativo da própria lei é de uma insustentável fragilidade. Por exemplo, relativamente às formas de financiamento dos contratos, a única

referência explícita feita através da norma transitória responsabiliza a Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela contratação dos bolsheiros doutorados que tiveram bolsas financiadas direta, ou indiretamente, pela mesma instituição há mais de três anos seguidos ou interpolados. Os muitos casos que não são contemplados pela norma não encontram nesta lei qualquer resposta acerca das formas de financiamentos dos seus contratos que a própria lei exige às instituições. Ora, se uma norma transitória transita por definição, uma lei é uma lei e deveria proporcionar os devidos elementos para a sua correta aplicação. Destaque-se ainda que a ausência de resposta decorre também da fraqueza com que a comunidade académica se tem apropriado do problema, o tem assumido como tal, e o tem enfrentado como uma ameaça para todos e não apenas uma injustiça contra alguns. O incumprimento desta lei demons-

tra que se tem exercido uma margem de atuação que tem aumentado exponencialmente o poder discricionário do governo e das instituições de ensino superior sem que houvesse mobilização de peso contra esta situação. Recorde-se que é deste poder discricionário, mais do que do Estado de Direito, que hoje depende o futuro dos muitos investigadores que ficaram fora das duas vagas de contratação, assim como das futuras que advirão conforme os interesses estratégicos das instituições de ensino superior.

Até que o poder discricionário subjacente à aplicação da lei 57/2017 não seja encarado como um problema social que vai além de uma categoria específica de trabalhadores, a ausência de direitos tornar-se-á legítima, assim como a presença de uma lei para alguns e a sua ausência para outros tornar-se-á *práxis*. ■

Aprender com a prática e organizar a experiência

• Orlando César

Professor adjunto ESE-IPS

Um simples bloco de notas e um lápis pode constituir um ponto de partida para uma primeira abordagem à função do jornalismo. Bloco e lápis são ferramentas necessárias para encetar uma observação direta no campo, para registar as respostas a um inquérito, para anotar as declarações obtidas numa entrevista, para inscrever impressões, ações e personagens de uma reportagem.

O estudo teórico, a investigação científica e a análise de casos, entre tantas outras incumbências, adquirem-se na escola. Em laboratórios aplica-se também a aprendizagem de técnicas, o ensaio de produtos, a resolução de problemas. A comunidade estudantil é também concitada a pesquisar no terreno e fazer investigação em documentos impressos e *online*.

Após cada dia e cada semana de trabalho, numa sucessão que sofre acelerações várias e se acen- tuam no final de cada semestre,

no final de cada curso, pouco tempo e pouco ânimo sobram. A não ser que haja genuína curiosidade para encarar o mundo lá fora e também para o acolher na escola.

Docentes e estudantes da Licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal têm trilhado esse caminho e feito uma aprendizagem conjunta. Desde 2013, durante uma semana do mês de Abril, entre duas a três dezenas de profissionais da área de formação do curso e de



jornal repórter

Ano 1 | N.º 0 | Abril de 2018 (sai na segunda 5.ª feira de cada mês) | Diretora Ângela Lemos | Gratuito



© Rita Cardoso
Península de Setúbal

Jovens querem direito ao futuro e ao lazer

Catorze repórteres foram ao terreno para questionar jovens dos nove concelhos da Península de Setúbal sobre como ocupam os tempos livres.

PÁGINAS 7 A 17

Informação é conhecimento

Um jornal para aprender



PÁGINAS 2, 4 E 5

6ª Semana da Comunicação Social



Papel do jornalista é mais importante

«O papel do jornalista é mais importante agora do que era antes», afirmou o jornalista Paulo Moura em entrevista concedida ao Jornal Repórter. O repórter Paulo Moura foi um dos 26 convidados que partilharam o seu conhecimento com estudantes da Escola Superior de Educação (ESE/IPS), durante a 6ª Semana da Comunicação Social.

PÁGINAS 3 E 20

outros âmbitos do saber são convidados a transmitir o seu conhecimento e a dialogar com a comunidade estudantil.

Já se realizaram seis Semanas da Comunicação Social, em que os estudantes desempenham vários papéis. São o público que escuta e interpela as personalidades convidadas, mas também quem recebe e inscreve os participantes, apresenta os convidados, fotografa e grava em vídeo cada uma das conferências e quem dissemina o que acontece aos meios de comunicação social e nas redes sociais. Esse envolvimento acabou por gerar um outro projeto, que surgiu por proposta de estudantes. Faltava o jornal que registasse o acontecimento. Faltava essa outra prática de relatar os factos, inscrever em palavra impressa as declarações recolhidas, fixar as imagens e colocar o material em página. Tal ocorreu em 2017 com a produção de três edições do jornal *Semana*, no decurso da 5ª Semana da Comunicação Social.

O resultado concitou novo passo que foi acompanhado e apoiado pela direção da Escola e pela presidência do Instituto. O número zero do *Jornal Repórter* chegou aos leitores no final da 6ª Semana da Comunicação Social, em 2018. Mas as equipas de reportagem saíram antes para o terreno, para apurarem como é que jovens dos nove concelhos da Península de Setúbal ocupam os seus tempos livres.

A escrita, a fotografia e a produção do jornal são meios para aprender. Mas não se esgota nesse ato de recolher informação e adquirir conhecimento. Há também a aprendizagem sobre função do jornalismo, a qual implica quer a noção inerente à liberdade de expressão, o direito de acesso a um meio, quer o contributo cívico que presta, assegurar a informação de que a democracia necessita.

Como se escreveu nessa edição, o *Jornal Repórter* deve “abrir-se não só ao ato da comunicação,

mas ser igualmente um instrumento para construir a experiência. Visa associar o conhecimento formal ao conhecimento empírico”. Requer o contacto com a realidade das urbes, com as comunidades, os seus problemas e os seus anseios.

Volto ao bloco de notas e ao lápis, ferramentas que usei durante longos anos enquanto jornalista. A escolha não traduz qualquer ato simbólico, num tempo de múltiplos dispositivos tecnológicos. Pode, pelo contrário, configurar a circunstância do trabalho no terreno.

A opção pelo jornal na sua diagramação tradicional exprime a escolha de representar o mapa do mundo noticioso na sua morfologia regional, nacional e internacional. Mas intenta também fixar os continentes temáticos, o tempo e o espaço numa dimensão analógica com a importância que os acontecimentos aí adquirem. Dar textura à imagem da experiência. ■



A alegada crise do Estado Social

Joaquim Jorge Veigunha

Formado no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o Estado social, que alguns designam impropriamente por ‘Estado Providência’, aponta para um sistema de proteção universal contra o desemprego, a doença, a incapacidade, a velhice, a que se acrescenta em alguns países, de que a Grã-Bretanha foi pioneira em 1948, um Serviço Nacional de Saúde (SNS) financiado pelo orçamento de Estado. Esta forma de Estado tem como fundamentos os direitos sociais que se acrescentam aos direitos e liberdades individuais do liberalismo político para garantir a todos e, com particular destaque para as classes que dependem do salário para viver, melhores condições de existência. As novas funções sociais do Estado acarretam necessariamente o aumento da carga burocrática para satisfazer as novas necessidades relativamente ao Estado liberal tradicional que não intervinha na economia e na sociedade, em que apenas os proprietários podiam votar e ser eleitos e os cargos parlamentares não eram remunerados ou então remunerados simbolicamente. Para alguns, a crise contemporânea do Estado social está relacionada com a

sua burocratização. Assim, para o historiador francês Pierre Rosanvallon, o Estado social baseia-se numa “solidariedade mecânica” de interesses que transforma os seus beneficiários, ou seja, todos nós, em meros consumidores passivos e irresponsáveis de prestações fornecidas por um aparelho de Estado cada vez mais burocratizado e sem “um mínimo de visibilidade das relações sociais”⁽¹⁾. Na mesma linha Catherine Audard ‘descobre’ peregrinamente um “défice democrático” no Estado social: “Os eleitores tratam o Estado (...) como um fornecedor de serviços e de bens não como uma comunidade política (...) Mas é sobretudo o enfraquecimento do Estado de direito e do governo em benefício do Estado social que foi a causa do défice democrático”⁽²⁾.

Solidariedade ativa e responsabilidade social

O ‘diagnóstico’ de Audard sobre a alegada crise do Estado social é particularmente regressivo, pois invoca o Estado liberal clássico, concebido como

um “Estado de direito” e de “governo limitado” em que não existiam direitos sociais para ‘denunciar’ o “défice democrático” do Estado social que, a existir, será certamente bem menor do que o do Estado liberal em que as classes trabalhadoras estavam privadas do direito de voto e não existia um sistema universal que a todos protegesse igualmente dos riscos e contingências da existência. O argumento de Rosanvallon não é melhor, já que não é rigorosamente verdade que o Estado social se baseie numa “solidariedade mecânica” de interesses: pelo contrário, este baseia-se nos princípios da solidariedade ativa de interesses e da responsabilidade social que não podem ser fruto exclusivo da burocratização do Estado. O primeiro destes princípios tem como melhor tradução a solidariedade entre gerações: os filhos descontam para a aposentação dos pais e quando, por sua, vez se tornarem pais os seus rebentos ou outros se não tiverem filhos descontarão para eles. Isto significa que, ao contrário do que insinuou Passos Coelho e o seu Governo para legitimar os cortes nas aposentações dos funcionários públicos, os mais velhos não são uns privilegiados relativamente aos mais novos que contribuem



para eles como ativos, já que quando os mais novos se tornarem mais velhos outra geração contribuirá ativamente para a sua aposentação. O que interessa fundamentalmente é que as gerações mais novas tenham melhores salários e perspectivas de emprego para garantir a sustentabilidade das aposentações futuras. Por sua vez, o segundo princípio, o princípio da responsabilidade social, não pode eximir ninguém ou nenhuma indústria que se encontra numa situação melhor de contribuir para o sistema universal de proteção social, quanto mais não seja porque o que constitui uma vantagem hoje pode tornar-se uma desvantagem amanhã.

Que crise?

Sendo assim, tem sentido atualmente falar-se em ‘crise’ do Estado social? Tem! Só que as causas desta crise nada têm a ver com uma pretensa “solidariedade mecânica” de interesses ou com um pretenso “défice democrático”, como defendem Rosanvallon e Audard. A principal causa desta crise deve-se ao empobrecimento dos estratos médios assalariados que constituíam a principal fonte de financiamento do sistema de

Segurança Social, pois os super-ricos ou são muito poucos ou não são suficientemente ricos para o garantir. Isto não elimina, antes exige, a necessidade incontornável de um sistema fiscal e tributário altamente progressivo para financiar as despesas sociais e o SNS quando atualmente se multiplicam os processos de elisão fiscal que beneficiam os grandes grupos económicos e financeiros e surgem países, de que se destaca Itália, que estabeleceram uma *flat tax* sobre o rendimento, o que tornará insustentável a médio e longo prazo o modelo do Estado social.

Em suma, apenas num Estado em que um cidadão que não pode pagar uma operação ou um medicamento que lhe salvarão vida lhes tem acesso através de um hospital pertencente ao SNS podemos falar de democracia em nome da igual dignidade de todos os seres humanos perante o mais fundamental de todos os direitos: o direito à vida. Pergunta-se: o que é que isto tem a ver com “solidariedade mecânica” de interesses e “défice democrático”? Nada!■

⁽¹⁾ Rosanvallon, Pierre – *A crise do Estado Providência*, Inquérito, Lisboa, 1984, p. 35.

⁽²⁾ Audard, Catherine – *Qu’est-ce que le libéralisme?*, Gallimard, Paris, 2009, p. 252-253.

apenas num Estado em que um cidadão que não pode pagar uma operação ou um medicamento que lhe salvarão vida lhes tem acesso através de um hospital pertencente ao SNS podemos falar de democracia em nome da igual dignidade de todos os seres humanos perante o mais fundamental de todos os direitos: o direito à vida. Pergunta-se: o que é que isto tem a ver com “solidariedade mecânica” de interesses e “défice democrático”? Nada!

Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido: 50 anos de presença nas sociedades

Foto: Sofia Vilarigues



“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar”. Uma ideia de Paulo Freire que esteve bem presente na conferência sobre “Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido: 50 anos de presença nas sociedades”, realizada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), em 30 de novembro de 2018, no âmbito das atividades do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento - CeIED e da Cátedra Unesco – ULHT.

Ligia Calapez e Sofia Vilarigues
Jornalistas

Uma aposta na esperança que de modo algum ilude os perigos que marcam o momento presente. Tempos em que estão novamente em causa princípios que se consideravam adquiridos, lembrando-nos que a cidadania, tal como a democracia, se reconstrói permanentemente, como sublinhou António Teodoro (CeIED-ULHT). Que frisou ainda o papel fundamental da memória – o lembrar de obras que não são apenas passado, mas presente e futuro - nessa reconstrução. Essa ideia de Paulo Freire – *esperançar* – marcou de algum modo os vários momentos da conferência. Expressando-se sob a forma de “recortes de uma vida”, com a intervenção de Alberto Melo,

presidente da APCEP - Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente. E, em exemplos concretos, com a *Roda de conversa*, com o significativo tema *Paulo Freire em ação*.

“Recortes de uma vida de intervenção inspirada em Paulo Freire”

Alberto Melo, presidente do Conselho Executivo da APCEP apresentou uma comunicação sob o tema “Recortes de uma vida de intervenção inspirada em Paulo Freire”.

Destacou três fases da sua intervenção. Após Abril de 1974, coordenou, durante cerca de 9 meses, o departamento da Educação de Adultos do Ministério da Educação (DGEP). “Foi então possível lançar um conjunto de iniciativas, ditas de ‘educação popular’, que

procuravam reformar radicalmente os conteúdos e, sobretudo, os processos de educação para as pessoas adultas, numa estratégia de parceria ativa entre o Estado e a sociedade civil organizada”, deu a conhecer. “Peritos portugueses, e até suecos, que nos ajudavam a definir e aplicar os novos instrumentos, referiam amiúde a ligação estreita entre tais medidas e o pensamento de Paulo Freire”, revelou.

A partir de 1985 envolveu-se numa experiência de intervenção de natureza socioeducativa no Algarve. De início, o projeto RADIAL e, desde 1988, a Associação *In Loco*. As assimetrias entre o litoral algarvio e o seu interior serrano e a procura de alternativas a um processo capitalista subordinado exclusivamente à maximização do lucro estiveram nas bases desta iniciativa.

De acordo com o princípio de Paulo Freire de que “devemos procurar a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediado pelas experiências no mundo”, desenvolveram uma ação em que “cursos profissionais e projetos de investigação aplicada puderam ser utilizados, sim, mas uma vez integrados na dinâmica em curso, como fecundos espaços de interação entre atores, entre culturas, entre saberes”. Tal foi o caso, entre muitos, da tecelagem manual, assente nos contributos técnicos, tanto de uma tecedeira local como de *designers* vindos do exterior, e onde as mulheres participantes receberam elementos de teoria da cor ou de debuxo, “que lhes permitiram passar de uma condição de meras executoras, reprodutoras de antigos padrões, à de reais criadoras”. Ou os cursos de doces tradicionais ou de plantas aromáticas, e também projetos de investigação referentes à aguardente de medronho, à utilização da energia solar ou à raça caprina algarvia.

Em finais de 1997, foi convidado a coordenar um processo de renovação do sistema de educação e formação de adultos em Portugal.

Entre as medidas então implementadas, sublinhou uma que, “a meu ver, se encontra em grande sintonia com os ensinamentos do nosso mestre Paulo Freire. Dizia-nos ele: Subestimar a sabedoria que resulta necessariamente

te da experiência sociocultural é, ao mesmo tempo, um erro científico e a expressão inequívoca da presença de uma ideologia elitista... Não é possível aos educadores desconhecer, subestimar ou negar os saberes de experiência feitos com que os educandos chegam à escola”. Por isso se defendeu “como um dos pilares do sistema de educação e formação de adultos em Portugal, que

os saberes e as competências adquiridos fora das vias formais de ensino ou de formação profissional sejam sempre considerados; através de uma análise rigorosa, com a participação ativa dos interessados, e culminando num reconhecimento formal, que se traduza numa validação oficial”.

Roda de conversa – Espaços de partilha

Letras Pró Vida

Abrindo a ronda de apresentações de instituições com trabalho inspirado em Paulo Freire, Dina Soeiro e Sílvia Parreiral deram a conhecer o projeto Letras Pró Vida.



O projeto, que vai de “de encontro ao sonho de pessoas de aprender a ler e a escrever” está em funcionamento desde 2015. Iniciou-se num concelho próximo de Coimbra, no âmbito de um estágio curricular. Envolve atualmente 15 parceiros, incluindo a Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, e uma equipa de 25 dinamizadores. As últimas edições contaram com 120 participantes, organizados em vários grupos, com diferentes níveis de literacia, com idades muito diversas, desde os 20 aos 95 anos, maioritariamente mulheres, etnia cigana, imigrantes, idosos.

O projeto promove a(s) literacia(s) digital, funcional, com e para os media, familiar, para a saúde, cultural, social e política, através da dinamização de oficinas de alfabetização com pessoas adultas: Letras Pró Vida, Teclas Pró

Vida (e ainda Copos Pró Vida – promovendo o convívio).

É seguida uma metodologia não formal, de valorização da literacia da vida “que contemple aquilo que as pessoas sabem, que no início acham que não sabem nada”. Segue o Método Paulo Freire e envolve música, poesia, literatura e tecnologia. É uma “alfabetização com o Coração”, com “valorização dos afetos na promoção da literacia”. Pela “criação de um mundo em que seja menos difícil amar” e em que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, como afirmava Paulo Freire.

Entre as atividades que têm vindo a promover conta-se a criação de uma biblioteca por oficina, visitas à Biblioteca Municipal, a museus, troca de livros, troca de correspondência intergeracional e escrita para o Jornal Diário de Coimbra.

Dos resultados destaca-se o desenvolvimento de competências de literacia e de literacia digital e a empregabilidade de mulheres desempregadas de longa duração e a motivação para formação profissional.

A educação como ferramenta transformadora



Afirmar a educação como prática de liberdade – na senda dos valores promovidos por Paulo Freire – é o prin-

cípio fundamental que norteia toda a atividade desenvolvida Pelo Centro de Formação AE António Sérgio.

Partindo desta ideia de fundo, Joaquim Melro frisou, nomeadamente, que a própria democracia depende desse trabalho educativo. E, porque o ser humano é “um ser histórico inacabado”, “há sempre que ensinar, há sempre que aprender, há sempre que educar”.

O orador destacou em particular a importância da formação de professores, elencando alguns princípios – que perpassam a obra de Paulo Freire - que importaria estarem sempre presentes. E de que aqui damos alguns exemplos. Antes do mais, ensinar exige a consciência desse inacabamento do ser humano. Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, somos seres sociais. A educação não é imposta – é sempre de fora para dentro e de dentro para fora. A palavra nunca é dada, é construída – “iluda-se quem dá aulas”. Aprender é transformar. Educar é um ato político (a neutralidade é uma falsa questão) e exige tomada consciente de decisões. E por último – e fundamental – não se pode educar sem amor.

Valorizando também a importância do sentido crítico na leitura do mundo, Joaquim Melro concluiu sublinhando que a escola existe para abrir portas, tem de libertar e transformar, assumir a educação como ferramenta transformadora da sociedade.

Um desafio - trabalhar com um grupo de jovens mulheres ciganas

Carolina Leão, investigadora e educadora popular (como ela própria se apresentou) veio partilhar “um recorte de uma experiência” de trabalho com um grupo de jovens mulheres ciganas no quadro de um projeto da REDE Portuguesa de Jovens para a Igualdade, co-financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações, implementado em parceria com a associação de desenvolvimento de mulheres ciganas.

A investigadora partiu de algumas informações básicas sobre a realidade: as vivências de jovens mulheres de etnia cigana, casadas, com filhos, que tinham abandonado a escola (quando muito ti-

nham a 4ª classe), dedicando-se à atividade económica tradicional - as feiras - em franca decadência; beneficiárias maioritariamente do RSI – com toda uma pressão social para frequentarem formações (sem qualquer capacidade de escolha).

Como educadora popular, a sua primeira preocupação foi, com base nessa realidade, garantir a participação destas mulheres no seu processo educativo.

Nesse sentido partiu da “pedagogia da pergunta” (de Paulo Freire) – construir com as pessoas as perguntas certas, para que o conhecimento possa emergir.

Ao longo das sessões as mulheres foram assumindo a condição de protagonismo: questionando o porquê do abandono escolar e começando a expressar aquilo que desejavam aprender, a sua vontade de progredir na escolaridade.

Em torno destas questões foi possível, na relação com a escola, construir uma equipa que se envolveu neste processo. E, simultaneamente, trabalhar com o Centro Qualifica, com as assistentes sociais, com a Câmara Municipal do Seixal.

“Estamos a criar um processo político-pedagógico”, sublinhou a oradora. A ideia é também a construção de um processo comunitário de auto-organização das mulheres – a partir dos problemas levantados – que vão das questões de habitação às de trabalho.

O exemplo do Moinho da Juventude

“Construir e construir-se a Cultura na Educação – Trabalho em Tandem”, foi o tema da apresentação de Isabel Marques em torno da riquíssima e multiforme atividade desenvolvida pela associação Moinho da Juventude da Cova da Moura.

Para lá da contextualização da realidade do próprio bairro e da explicação sobre o que é o *tandem* - duo consti-

tuido por um/a técnico/a académico/a e um/a técnico/a da experiência, tendo como objetivo fazer a ponte entre o mundo de “vivência” das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social e o mundo do “apoio” e/ou sociedade –, a apresentação reportou-se às “traves mestras” da associação e à teoria da interligação, que visa promover e fortalecer os laços fomentados pela vinculação.

Elencadas as múltiplas atividades e projetos desenvolvidos pelo Moinho da Juventude nas mais diversas áreas – de que ressaltam, nomeadamente, projetos culturais ou de conteúdo socioeconómico, como o *Sabura* - foram destacados alguns exemplos particular-



mente interessantes. O trabalho da biblioteca – criada em 1984 e que conta com mais de 700 leitores – onde o esforço para cativar para a leitura passa, por exemplo, por contar histórias. A dimensão terapêutica do batuque (*Grupo de Batuque – Finka-Pé*). A formação de amas, numa comunidade em que a presença de crianças é marcante. Ou ainda um projeto destinado aos jovens, de motivação para a escola. ■

Para saber mais:

<https://www.ulusofona.pt/agenda/pedagogia-oprimido-50-anos>

<http://www.ceied.ulusofona.pt/pt/o-ceied/>

<http://pedagogiacompartilhadanovostempos.blogspot.com/2013/07/paulo-freire-principais-obras.html>

<http://www.apcep.pt/>

<https://www.facebook.com/letrasprvida/>

<https://www.facebook.com/empoderar.amucip.rede/>

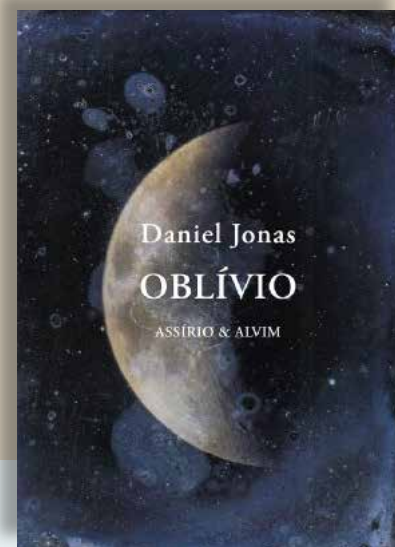
<http://www.moinhodajuventude.pt/>

Daniel Jonas, *OBLÍVIO*, Assírio & Alvim, 2017 Breve nota de leitura*

Paulo Sucena

“A coisa mais elevada a que um homem pode aspirar é ao assombro”, escreveu Goethe. Direi, sem reboço, que a leitura de *OBLÍVIO* me proporcionou muitos momentos de espanto e admiração pela requintada composição formal dos 50 sonetos, comandada pela batuta da razão que sabiamente deixou passar pelas suas estrofes uma recôndita, mas impressionante emoção. Uma poesia em que nos deparamos com um subtil jogo de evocações, umas obscuras outras imprevisíveis, dispostas por vezes paradoxalmente exigindo um trabalho aturado do leitor para atingir essa “coisa mais elevada” de que falava Goethe. Uma poesia percorrida por uma intensa tonalidade melancólica, motivada por alçapões da vida, pela efemeridade dos seres e das coisas do mundo, pelo envelhecimento do poeta que dia a dia lhe vai cada vez mais obscurecendo o nunca mais da infância, pela perda dos que se amam. É uma poesia que, apesar de profundamente cerebral, medida a régua e compasso, nos chega muitas vezes de um modo pungente e cruciante. A voz do poeta de *OBLÍVIO* tem o condão de, sendo profundamente pessoal e original, nos trazer à memória poesia produzida desde o classicismo, o maneirismo, passando pelo romantismo, até ao surrealismo

mo e, de forma mais evidente, as vozes de Camões, Cesário, Nobre, Pessoa, Cesariny e Herberto Helder, integrando-se, assim, Daniel Jonas no que de melhor tem a riquíssima polifonia que é a poesia portuguesa. E fá-lo de um modo fascinante pelo poder transfigurador da sua poesia, visando trespassar a realidade até encontrar a substância original do poema, esse lugar em que o material e o espiritual confluem numa serena e rara harmonia de contrários, sustentada pelo fulgor da palavra, diria que originária. Dito de outro modo, a poesia de Daniel Jonas surge-nos como o resultado da tarefa do poeta que, segundo Rilke, é a de “impregnar esta terra provisória e perecível tão profundamente no nosso espírito e com tanta paixão e paciência, que a sua essência ressuscita em nós invisível...”. Permito-me acrescentar: e, redíviva, permita ao poeta escrever, no último soneto do livro: *Assim, a inocência, além da calma, / Não tendo horizonte além de si, / Não vê o grande pélagos que eu vi / Que negro se agiganta além da alma*, sem que estes versos pareçam um exercício de retórica, mas antes a expressão veemente de uma verdade, a do terrível “ofício de viver”. Gostaria ainda de dizer que os sonetos de *OBLÍVIO* ilustram admiravelmente o que Manuel Gusmão escreveu acerca do poema: “é o



lugar de encontro entre o trabalho oficial, a busca do rigor, a composição paciente e o brusco surto do acaso, o pequeno fogo da visitação.” O labor poético de Daniel Jonas traduz-se numa permanente transformação da realidade concreta, postergada em favor de uma visão que a traslada para a materialidade das palavras cuja energia não nos surge de um modo estuante, como em Herberto Helder, mas com uma concisão altamente eficaz. Uma poesia de onde muitas vezes ressuma um desencanto vertido em intrincados e surpreendentes jogos verbais a par de tópicos tão importantes como o da angústia da ausência, os mistérios da morte, o ascetismo, a instabilidade interior e a das coisas exteriores, o drama do homem cindido, as marcas do tempo, os desconcertos do mundo, o sofrimento espiritual e o amor abordado em dois admiráveis sonetos. Comecei este escrito citando um grande poeta alemão e termino-o com a citação de um grande poeta português, Herberto Helder, que dizia que se deve chegar aos poemas “pelo mais alto que os poemas têm”. É este o desafio que deixo aos leitores de *OBLÍVIO*. ■

* A partir do texto produzido para a sessão pública de atribuição do Prémio António Gedeão/2017

Reposicionamento provoca ultrapassagens

Incompetência ou intencionalidade?

Anabela Delgado
Dirigente do SPGL

Os governos entre 2005 e 2017, com um pequeno interregno em 2009 e 2010, decidiram unilateralmente fazer de conta que os trabalhadores da função pública não trabalhavam. Este governo continua a jogar o mesmo jogo com os professores - faz de conta que não trabalharam. Aliás, alguns trabalharam - estavam colocados nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores!

Os do continente, esses, talvez tenham trabalhado uns 2 anos, 10 meses e qualquer coisa... Mas, como se recusam a admitir que isso é falso já que trabalharam os mesmos dias que os colegas dos Açores e da Madeira, por castigo - ainda que o governo tenha que voltar à mesa das negociações, na medida em que a Lei do Orçamento de Estado o impõe - o Primeiro Ministro afirmou à comunicação social que o OE é para aplicar até ao final do ano e ainda só estamos em janeiro. Será que António Costa está a admitir que não será governo após as eleições de outubro?!

As ultrapassagens são uma realidade – é preciso agir!

O governo ignorou, em sede de negociação, um pressuposto fundamental defendido pela FENPROF e que o bom senso exigiria que fosse tido em conta num modelo de reposicionamento na carreira de professores com tantos anos de serviço – a garantia de que esse processo não poderia provocar ultrapassa-

gens, nem dos docentes já integrados na carreira antes de 2011, nem dos que agora foram reposicionados.

O número de professores que ingressaram nos quadros até 2011 ultrapassados por colegas que legitimamente foram, ao fim de muitos anos, integrados na estrutura da carreira, não para de aumentar. Serão, pelo menos, aqueles que estão posicionados até aos 4º/5º escalões da carreira.

Perante esta constatação só resta ao governo um caminho: a integração dos docentes que ingressaram na carreira antes de 2011 no mesmo escalão daqueles que ingressaram depois de 2011, com o mesmo tempo de serviço. Existe jurisprudência suficiente para perceber que, a manter-se a falta de vontade política para resolver esta

tempo, estavam posicionados no índice 272. Também nesta altura os colegas posicionados no índice 272 estavam lá por legítimo direito, consagrado na lei, e os colegas que permaneciam no 245 foram igualmente posicionados neste índice, com efeitos retroativos à data em que tinham adquirido esse direito! Para melhor esclarecimento, nada melhor que a leitura atenta do citado Acórdão. Contudo, seguem-se algumas citações que considero bastante esclarecedoras para a situação atual:

- *“A circunstância de a lei permitir que trabalhadores em funções públicas com mais tempo de serviço sejam ultrapassados em termos remuneratórios por trabalhadores com menos tempo de serviço, provocando-se as chamadas inversões de posições remuneratórias,*

Os professores são muitas vezes apontados como uma classe privilegiada por ter uma carreira assente apenas na “passagem do tempo de serviço”, esse tem sido aliás a justificação apresentada pelo governo para ter contado a totalidade do tempo “roubado” aos trabalhadores das carreiras gerais da função pública e recusar-se a fazê-lo a outros, entre os quais os professores!

questão, o recurso aos tribunais por parte dos professores prejudicados acabará com uma decisão no sentido apontado pela FENPROF.

No passado dia 23 de janeiro a FENPROF reuniu com a Provedoria de Justiça para apresentar esta questão. Nessa reunião veio rapidamente para cima da mesa o **Acórdão nº 293 do Tribunal Constitucional** que, em 2013, repôs a justiça entre professores que, detentores de mais tempo de serviço, se mantiveram posicionados no índice 245 da carreira, enquanto outros, com menos

tem vindo, aliás, a ser censurada pelo Tribunal Constitucional em já ampla jurisprudência sobre a matéria, de que constituem exemplo os seus acórdãos n.ºs 323/2005 e 405/2003.”

- *“Com efeito, sendo o tempo de serviço, por regra, um fator potenciador de maior conhecimento prático e maior capacidade de desempenho profissional, ele poderá ser mais ou menos valorizado, mas não poderá obviamente ser por si só negativamente valorado em termos de prestação de trabalho e, conseqüentemente, de remuneração. Mais*

tempo de serviço não pode pois significar só por si e em si, sem qualquer outra justificação ou fundamento, menos remuneração. Tal estaria em flagrante contradição com o princípio de que “a trabalho igual em natureza, qualidade e quantidade deve corresponder salário igual”.”

- “Constitui jurisprudência uniforme e constante deste Tribunal, que são inconstitucionais, por violação do princípio da igualdade da remuneração laboral (consignado no artigo 59.º, n.º 1, alínea a), como decorrência do princípio fundamental da igualdade a que genericamente se refere o artigo 13.º da Constituição), as normas do regime da função pública que conduzam a que

funcionários mais antigos numa dada categoria passem a auferir remuneração inferior à de outros com menor antiguidade e idênticas habilitações, por virtude de reestruturações de carreiras ou de alterações do sistema retributivo em que interfiram fatores anómalos, de circunstância puramente temporal, estranhos à equidade interna e à dinâmica global do sistema retributivo e sem relação com a natureza do trabalho ou com as qualificações, a experiência ou o desempenho dos funcionários confrontados. O Tribunal considera, portanto, inconstitucionais as situações em que funcionários de maior antiguidade são “ultrapassados” no escalão remuneratório por funcionários de menor

antiguidade, apenas por virtude da entrada em vigor de uma nova lei, sem qualquer justificação, nomeadamente, em termos de natureza ou qualidade do trabalho. São neste sentido, em especial, os acórdãos n.º 254/2000, 356/2001, 426/2001, 405/2003 e 323/05, todos decididos em Plenário, que declararam com força obrigatória geral a inconstitucionalidade de diversas normas legais relativas à função pública pelo facto de permitirem as acima mencionadas ultrapassagem de escalões remuneratórios, e são também, neste sentido, os mais recentes acórdãos n.ºs 105/06, 167/08, 195/08, 196/08, 197/08 e 378/12.” ■

Ação reivindicativa



Fotos: Paulo Machado

9 anos, 4 meses, 2 dias: professores não cedem

A luta pela recuperação integral do tempo de serviço “apagado” (entre 31 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007 e de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017) para a progressão na carreira continua a mobilizar os docentes e a constituir uma reivindicação central dos sindicatos de

professores. Os professores exigem negociações sérias, suportados não só na justiça da reivindicação, mas também na decisão da Assembleia da República (que incluiu no OE2019 essa exigência, de resto já contida no OE2018, mas não cumprida) e no veto do Presidente da República ao decreto com que o governo pretendia encerrar o processo,

contando menos de 1/3 do tempo em causa.

Tendo como objetivo exigir o começo dessa negociação, um grupo de cerca de 2000 professores concentrou-se no dia 24 de janeiro junto às instalações do M.E. desfilando em seguida até à presidência do Conselho de Ministros, onde deixou expressa essa exigência. ■

Contra as ultrapassagens: FENPROF reúne com a Provedoria de Justiça

No passado dia 22 de janeiro, a FENPROF foi recebida pelo Provedor Adjunto e elementos da área temática da Educação da Provedoria de Justiça, alertando para o problema dos milhares de docentes que foram ultrapassados por colegas com menos tempo de serviço no processo de reposicionamento, mas também para o facto de o M.E. estar a impedir alguns dos professores reposicionados de progredirem na carreira. A FENPROF colocou também a questão dos descontos indevidos para a Segurança Social pelos professores contratados com horário incompleto e a **questão da recuperação do tempo de serviço, nomeadamente o facto de existirem, no momento, decisões na Madeira e nos Açores diferentes das que o M.E. quer impor no continente.**■

Vitória importante: M.E. reconhece que não há desconto na greve a trabalho fora do horário

Nota da delegação da DGEstE do Algarve informa que não há lugar a qualquer desconto na greve realizada pelos docentes a atividades não previstas no seu horário de trabalho. Registe-se que boa parte das escolas que tinham feito descontos já corrigiram a situação. Este reconhecimento por parte do M.E. tem como implícito que tal trabalho deve ser considerado extraordinário.■

REPÚBLICA PORTUGUESA
DGEstE

Exmo(a) Senhor(a)
Diretor(a)
Agrupamento de Escolas Prof. Paula Nogueira
R. da Comunidade Lusitana
8700-000 OLHÃO

cc:

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		S/601/2019	21-01-2019

ASSUNTO: Pedido de esclarecimento - Descontos por motivo de greve a reuniões

Sobre o assunto em epígrafe, e por determinação superior, cumpre informar que "não há lugar a descontos na remuneração dos professores relativamente à ausência a reuniões que, por conveniência e aceitação dos docentes envolvidos, possam ter tido lugar fora do período de horário de trabalho".

Com os melhores cumprimentos,

O Delegado Regional de Educação do Algarve
ALEXANDRE MARTINS LIMA
Assinado de forma digital por ALEXANDRE MARTINS LIMA
Dados: 2019.01.21 20:46:41 Z

JMR

Progressão ao 5º e ao 7º escalões: vagas ainda não existem

Apesar de legalmente a definição das vagas anuais de acesso ao 5º e aos 7º escalões dever ser conhecida em janeiro de cada ano, após negociação com o sindicatos, o M.E. ainda não abriu este processo negocial.■

15 de fevereiro: SPGL está na greve convocada pela Frente Comum



Respeitando a alínea j) do artigo 50 dos Estatutos do SPGL, a direção do SPGL convocou a Assembleia Geral de Sócios (AGS) para decidir da participação do SPGL na greve convocada pela Frente Comum para o dia 15 de fevereiro. Reunida a 31 de janeiro, na sede do SPGL, à AGS foram apresentadas duas moções, uma da direção e outra que tem como

1º subscritor Carlos Vasconcellos. Ambas defendiam a adesão à greve, pelo que a Mesa da Assembleia Geral (MAG) propôs que esse ponto fosse votado separadamente. A adesão foi aprovada com 59 votos a favor, 1 contra e 0 abstenções. A moção apresentada pela direção foi aprovada com 60 votos a favor, 1 contra e 0 abstenções; a de Carlos Vasconcellos com 26 votos a favor, 4 contra e 29 abstenções. O texto integral das moções aprovadas pode ser lido na página do SPGL.■

Conselho Geral aprovou o Orçamento do SPGL para 2019 e o Regulamento para as eleições de 16 de maio

Para os efeitos das alíneas c) e d) do artigo 81º dos Estatutos do SPGL, o Conselho Geral reuniu no passado dia 31 de janeiro na sede do SPGL.

António Nabarrete fez uma pormenorizada exposição sobre a proposta de orçamento do sindicato para 2019, justificando o saldo negativo previsto pelo facto de neste ano decorrerem as eleições para os corpos gerentes do SPGL e o Congresso da FENPROF, iniciativas que exigem um grande esforço financeiro. O Conselho Geral aprovou o orçamento com 19 votos a favor e 6 abstenções. Para o Regulamento eleitoral foram apresentadas duas propostas: pela direção e pelo conselheiro José M. Vargas. A primeira mantém no essencial o regulamento dos atos eleitorais anteriores, incluindo o direito de voto por correspondência; a segunda propunha que, salvo situações muito excecionais, se eliminasse o voto por correspondência substituindo-o por votação eletrónica.

A proposta da direção recolheu 15 votos, a proposta de J. Vargas, 11 votos.

O orçamento e a proposta aprovada podem ser consultados na página do SPGL.■

A ADSE como bode expiatório do colapso do SNS

Uma vergonhosa hipocrisia!

António Nabarrete

Tesoureiro do SPGL e membro eleito do CGS da ADSE

Uma análise aos dados consolidados de 2016 revela que o Serviço Nacional de Saúde financiou as entidades privadas, nesse ano, em cerca de 5,1 mil milhões de euros. As consultas, os exames, as análises e os medicamentos foram as áreas que representaram a maior fatia da despesa. Destes, segundo Eugénio Rosa, 3.529 milhões de euros dizem respeito ao fornecimento e serviços externos tais como consultas, compras em farmácias, meios de diagnóstico e terapêuticos e às Parcerias Público-Privadas (PPP). Neste enquadramento, só os gastos do Serviço Nacional de Saúde com os quatro hospitais públicos (Vila Franca de Xira, Cascais, Braga e Loures), que são geridos por entidades privadas, ascenderam a 448 milhões de euros. Isto representa, para o SNS, um aumento de 28,7% do financiamento a entidades privadas relativamente a 2015. Os dados preliminares de 2017 apontam para uma nova subida destes números.

Já no que diz respeito à ADSE, os dados consolidados de 2016 revelam uma despesa com o Regime Convencionado na ordem dos 371,5 milhões de euros enquanto no Regime Livre atingiu os 140,9 milhões. Tal significa uma despesa total com cuidados de saúde de 512,4 milhões de euros. Esta verba, naturalmente, financiou o sector privado de saúde. Porém, no caso da ADSE, nem poderia ser de outra forma, uma vez que os beneficiários deste sistema complementar de saúde pagam os seus impostos de acordo com a lei, como quaisquer outros cidadãos do país, e têm direito a ser atendidos no SNS. Logo, os serviços complementares de saúde que a ADSE propicia aos seus beneficiários titulares (que para isso descontam do seu salário ou pensão,

para além dos impostos que pagam, mais 3,5%), ou aos familiares destes em determinadas condições, têm de ser prestados por entidades privadas ou da economia social.

Uma hipocrisia pouco “desnatada”

Por isso, o que é estranho não é o financiamento pela ADSE das entidades privadas, *per capita*, de 419 euros em 2016, já que nesse ano totalizava 1.222.809 beneficiários. O que é politicamente irresponsável, economicamente desastroso e financeiramente vergonhoso é, nesse mesmo ano, para o qual se dispõe de dados consolidados, o Serviço Nacional de Saúde ter financiado as entidades privadas, *per capita*, em 494 euros, já que em 2016 viviam em Portugal 10.325.500 pessoas e todas elas tinham o direito constitucional de aceder ao SNS.

Isto significa que o SNS está cada vez mais capturado pelos interesses privados, quando devia, isso sim, para cumprir o propósito constitucional, ter capacidade própria para responder aos desafios em matéria de saúde dos cidadãos que vivem no espaço nacional.

Há muitos responsáveis pela iminente derrocada do SNS, se nada de substancial for feito em matéria de investimento (material e humano) e de alteração de processos nos próximos quatro anos. O que certamente não resolve o problema do SNS é a tentativa, levada a cabo por alguns, que tiveram importantes responsabilidades na sua gestão ao longo de muitos anos, de arranjar bodes expiatórios para limpar essas mesmas responsabilidades, o primeiro dos quais é a ADSE. Chega a ser constrangedor ler e ouvir as barbaridades que alguns desses responsáveis trazem à colação (a maior parte deles sentados agora à mesa dos prestadores privados de saúde) como aquela de que o problema do SNS resulta da “desnatação” que

lhe é feita pela ADSE. Não lhes passa pela cabeça que, no estado de fragilidade em que se encontra o SNS, o fim da ADSE levaria ao colapso daquele praticamente de imediato. Mas, talvez seja isso mesmo que pretendam. Já que, dos mais de 1,2 milhões dos actuais beneficiários da ADSE, provavelmente conseguiriam “conquistar” os 200.000 com melhores salários e pensões para as seguradoras privadas.

Por outro lado, e isto mostra as contradições que se cruzam ao sabor dos mais variados interesses, a ADSE é usada pelo Governo para baixar o défice público, impedindo que esta utilize parte dos saldos positivos que acumulou para se modernizar, tendo em vista o seu combate à fraude e à sobrefaturação. Em sentido oposto, o Governo nada faz para implementar as medidas que inscreve nos decretos-Lei de execução orçamental, que permitiriam à ADSE pôr em prática as novas tabelas de preços, entre outras medidas essenciais à sua saúde financeira. Isto, apesar da ADSE ser financiada praticamente a 100% pelos seus beneficiários titulares. A ADSE é uma conquista dos trabalhadores da Administração Pública. É actualmente um Instituto Público de Gestão Participada. A sua existência constitui, nesta fase de destruição do SNS pela falta de investimento e captura por interesses privados (como se vê claramente nos debates sobre a nova Lei de Bases da Saúde), um balão de oxigénio para o próprio Serviço Nacional de saúde. Os representantes dos beneficiários no seu Conselho Geral travam uma luta dura e difícil contra a sobrefaturação dos grandes grupos privados de saúde, que permita a sustentabilidade deste sistema complementar de saúde. Isso incomoda muita gente. Curiosamente, ou talvez não, da esquerda à direita. ■

Nota: o autor não dá uso ao chamado Novo Acordo Ortográfico

Fernando Haddad:

A esquerda tem de imaginar o mundo que quer construir



Com o apoio de várias organizações, entre as quais o SPGL, estiveram em Lisboa, no passado dia 22 de janeiro, dois destacados dirigentes do PT do Brasil – o ex-candidato à presidência Fernando Haddad, académico e ministro de Educação nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff e Tarso Genro, advogado, jornalista e poeta tendo também sido Ministro da Educação, das Relações Institucionais e também da Justiça

nos governos de Lula da Silva. Num breve encontro que decorreu na Casa do ALENTEJO, Haddad sublinhou que o que aconteceu no Brasil não foi uma mera alternância de poder, normal em processos democráticos, mas uma alteração de regime, iniciada com a farsa do “impeachment” de Dilma Rousseff, continuado com a prisão arbitrária de Lula da Silva, com o objetivo claro de impedir a sua presença nas eleições para a presidência, e a culminar na eleição de Jair Bolsonaro. Segundo F.H. nenhum dos princípios democráticos garantidos pela Constituição brasileira está minimamente assegurado com o atual presidente e o seu governo.

Como cidadão, mas também como professor que é, F. Haddad denunciou com particular ênfase o ataque já “proclamado” contra a autonomia dos professores, corporizado no incentivo à denúncia, por parte dos alunos, de professores que professem ideias não congruentes com o ideário de extrema direita fascizante do atual presidente do Brasil.

Os dois oradores consideraram que, nas circunstâncias em que ocorreu, os

45% de votos alcançados por Haddad, tendo este sido anunciado como candidato apenas a cerca de 20 dias do ato eleitoral, mostram uma força da esquerda brasileira capaz de resistir ao avanço da fascização do Brasil. Haddad, porém, sublinhou que o avanço da extrema direita não é um fenómeno brasileiro, mas que se estende por vários países da América Latina e da Europa, além de Trump nos EUA. Patente nas palavras de F.H. foi o apreço pela solução política em Portugal, com o desejo de que a “geringonça” se mantenha e sirva de estímulo a soluções à esquerda em outros países. Em nome do SPGL, José F. Costa fez uma breve intervenção, lembrando que também Portugal esteve subjugado por um regime fascista e que só o seu derube permitiu a existência do SPGL, fundado logo em 2 de Maio de 1974, e que é este sindicato um dos construtores da Democracia e da Escola Pública em Portugal. Ofereceu a cada um dos dirigentes brasileiros um cravo, em cerâmica, feito por uma artista portuguesa, cravo esse que é o símbolo da nossa Revolução de Abril. ■

Ataque à autonomia dos professores, tal como no Brasil

Partido de extrema direita alemão quer crianças a denunciar professores que o critiquem

O jornal digital *Observador*, em 12/10/2018, noticia que o partido AfD - Alternative für Deutschland - criou um portal na internet onde as crianças podem informar o partido se algum dos seus professores criticar o AfD durante as aulas, o que implica revelar

o nome do professor. O portal chama-se “Neutral School”. Antes, este partido já defendera que é necessária “uma limpeza” no sistema cultural e educacional na Alemanha, livrando-o do que considera ser uma tendência intrínseca para a esquerda política. Várias forças políticas e organizações

ligadas ao ensino têm denunciado este portal. Para Helmut Holler, líder de um grupo de governantes na área do ensino, este portal na internet é inaceitável, porque transforma as crianças em “denunciadores”, fazendo lembrar o período mais negro da história alemã, entre 1933 e 1945. ■



Fotos: Retiradas de Vídeo de Maria Bravo

Balço de atividades do Grupo Escola Intercultural - 2017/2018

• **Sílvia Baptista**
Professora Aposentada

De forma a contextualizar um balanço de atividades do Grupo Escola Intercultural - GEI, convém recordar que este projecto, promovido pelo SPGL, tem como objetivos:

- 1) Dinamizar e divulgar práticas e projetos interculturais nas comunidades educativas.
- 2) Refletir e aprofundar as diferentes vertentes da interculturalidade.
- 3) Criar rede entre experiências e projetos nesta área.

Com início em Setembro de 2011 – com um interregno de 2 anos – o GEI tem vindo a realizar encontros em torno dos conceitos de interculturalidade e visitas guiadas a bairros com uma forte presença de outras culturas.

Só iremos reportar as **iniciativas do último ano lectivo**. Assim em 2017:

. A 4 de março, cerca de três dezenas de professores visitaram o bairro Cova da Moura com o propósito de mostrar que a realidade do bairro é muito diferente daquela que os media passam. A visita foi dinamizada por responsá-

veis do projecto SABURA (em crioulo significa apreciar o que é bom). Este projecto foi implementado pela Associação Cultural Moinho da Juventude. O almoço decorreu num restaurante típico e à tarde assistiu-se à atuação do grupo de batuque “Finka-pé” formado somente por mulheres cabo-verdianas. . A 16 de Abril, foram efetuadas visitas guiadas às galerias de arte urbana da Quinta do Mocho e da Quinta da Fonte. Na Quinta do Mocho os professores (embora em número reduzido) tiveram a oportunidade de conversar com o coordenador do Projecto Esperança (financiado pelo Programa Escolhas) de modo a conhecer as valências existentes para apoio de crianças e jovens no bairro.

. A 20 de abril, Maria Helena Barreto dinamizou no SPGL uma sessão sobre **A Integração de Crianças Indianas na Escola Portuguesa: quem são e como aprendem**. Maria Helena Barreto, docente e investigadora nasceu em Goa, Índia, e é professora do 1º ciclo no Agrupamento de Escolas de Outorela. Professora associada no Movimento

da Escola Moderna tem realizado comunicações em território nacional e elaborado projetos visando o acompanhamento e capacitação de alunos com perturbações na aprendizagem. A sua tese de mestrado, com especialização em Análise e Intervenção em Educação, versou sobre a integração de crianças indianas na Escola Portuguesa.

. A 25 de maio, Jorge Cardoso da Rede Educação para a Cidadania Global, desenvolveu a seguinte temática **Como Lidar com a Diversidade. Que Caminhos Possíveis?** Jorge Cardoso, licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE - IUL, fez uma

Escola Intercultural promove mais uma iniciativa

**Como lidar com a diversidade?
Que caminhos possíveis?**

25 de maio, às 18 horas
Auditório da sede do SPGL

pós-graduação em Desenvolvimento Social e Económico em África pela mesma Universidade. Tem participado



na implementação de diversos projetos na área da Educação para o Desenvolvimento/Educação para a Cidadania Global. Antes foi coordenador da rede nacional

de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) e técnico no Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes, ambos no então, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). Integrou a equipa de investigação do projeto “Migrações Forçadas e Formatos de Intervenção Humanitária”, do Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, e foi voluntário durante dois anos em Moçambique, lecionando e trabalhando em projetos de Desenvolvimento.

. A 5 de novembro, o GEI promoveu uma visita guiada à Mouraria (num circuito sobre os povos e culturas que a moldaram e/ou aí habitam). Esta visita teve o acompanhamento de um elemento da Associação Renovar a Mouraria através das ruas e vielas do bairro, destacando a mistura de culturas aí existentes.

Recordemos as **ações do GEI no ano de 2018:**

. A 25 de janeiro, o mediador e dinamizador comunitário na Quinta do Mocho, Sacavém foi convidado para nos dar **Um Olhar sobre a Quinta do Mocho**. Kedy Santos, licenciado em Engenharia Química, participa no acompanhamento lúdico e pedagógico de jovens e famílias e na mediação de conflitos escolares e de bairro. Co-fundador e dirigente da associação de jovens AJEB (Associação de Jovens Estrelas do Bairro), e também é formador da Academia Ubuntu. Membro do grupo de música Império Suburbano.

. A 21 de abril foi realizada mais uma visita guiada à galeria de arte pública na Quinta do Mocho. Incluiu, ainda, um encontro com o Projeto Esperança, financiado pelo Programa Escolhas.

. A 8 de Junho, foi realizado um encontro sobre **As Crianças Ciganas no Sistema Educativo Português** A



dinamizadora, Luísa Lobão Moniz, é licenciada em Educação na área de Animação Sociocultural; o seu mestrado versava as Relações Interculturais. Doutorou-se no ramo de Educação, na especialidade Educação/ Interculturalidade. Trabalhou os Direitos da Criança na Comissão de Protecção de Menores da Zona Oriental de Lisboa. Foi responsável pelo projeto Entreculturas e Coordenadora do projeto TEIP no Agrupamento de Escolas Damião de Góis. Membro do Conselho Pedagógico do Centro de Formação António Sérgio. Responsável pela elaboração, candidatura e concretização do projeto do Programa Escolhas para o Bairro do Armador em Chelas, Lisboa. Destacada no IAC/ SOS Criança, responsável pelo projeto “Bom dia, SOS Criança”. Foi ainda coordenadora do projeto “*Ir*

à Escola”, para alunos de etnia cigana.

. A 29 de Setembro, em parceria com o Departamento de Professores Aposentados, as galerias de arte urbana da Quinta do Mocho e da Quinta da Fonte receberam a visita de cerca de 40 pessoas, algumas ligadas ao ensino. Assitiu-se à apresentação de um projecto artístico e cultural, Teatro IBISCO (Teatro Inter Bairros para a Inclusão Social e Cultura do Otimismo), sediado no Centro Comunitário da Quinta da Fonte. Dois jovens artistas representaram um hilariante conto africano “**Homi ma mufunado na mundo**” (**O homem mais azarado do mundo**).

. A 25 de Outubro, em parceria com o Departamento dos Professores Aposentados, realizou-se uma visita guiada para 30 professores à Biblioteca Nacional e à exposição “**As mil e uma noites em Portugal**”, promovida pela Área das Ciências e Religiões, da Universidade Lusófona.

Em 2019 teremos mais iniciativas. Estejam atentos!

Para saber mais:

<http://escolaintercultural.blogspot.pt>



JORNADAS PEDAGÓGICAS 2019

DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA

AÇÕES DE FORMAÇÃO

Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
1	Programação Neurolinguística: motivar e envolver os alunos (*)	Paula Cordas	Todos	24 e 31 de janeiro (5ª feira)	16h00 às 19h30	Sede do SPGL	25
2	Hiperatividade e deficit de atenção	Isabel Rocha	Todos	4 de fevereiro (2ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
3	Consciência e cidadania – Bordalo artístico e político (*)	João Alpuim Botelho e Liliana Pina	Todos	6 e 13 de fevereiro (4ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
4	Transtorno do espectro do Autismo	Isabel Rocha	Todos	11 de fevereiro (2ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
5	O Excel aplicado à prática docente (*) (a)	Manuel Vasconcelos	Todos	19 e 26 de fevereiro (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	10
6	Expressões artísticas integradas (*)	Maria João Craveiro Lopes	Pré Escolar e 1º Ciclo	19 e 26 de fevereiro (3ª feira)	16h30 às 19h00	Sede do SPGL	25
7	Edição e tratamento de imagens (b)	Manuel Vasconcelos	Todos	19 de março (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	10
8	A Criança dos 0 a 3 anos - perspetiva Montessori	Sónia Nunes	Pré Escolar	29 de março (6ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25

(*) Nas ações desdobradas em 2 dias o certificado de participação será entregue no 2º dia.

(a) Para um melhor desenvolvimento da formação é importante que os formandos tragam os seus computadores portáteis, com uma versão do Office 365 dias ou Office 2007 (Office 12) instalado.

(b) Para um melhor desenvolvimento da formação é importante que os formandos tragam os seus computadores portáteis e com o sistema operativo Windows 10.

VISITAS

Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
9	A Arte em Marvila - Uma galeria a céu aberto	Técnico do Gabinete de Arte Urbana	Todos	16 de janeiro (4ª feira)	14h30 às 16h30	Porta da Biblioteca de Marvila	30
10	Visita aos Jardins e Palácio Fronteira (1)	Técnico da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna	Todos	2 de fevereiro (sábado)	09h30 às 11h30	Porta principal do Palácio	25
11	Hoje sinto-me... Bordalo e Passeio Lisboa de Bordalo (2)	Técnico do Museu	Todos	16 de fevereiro (sábado)	09h45 às 17h00	Manhã – 09h45 Museu Bordalo Pinheiro Tarde – 14h30 Largo Rafael Bordalo Pinheiro	40
12	Pelas Encostas de Palmela e Ermelinda Freitas "Casa de memórias e afetos" (3)	José Veloso e Técnico da Casa Ermelinda	Todos	16 de março (sábado)	09h00 às 18h30	Entrada principal do ZOO	40
13	Visita ao Teatro D. Maria II e Peça de Teatro Frei Luís de Sousa (4) (**)	Técnico do Teatro Encenação de Miguel Loureiro	Todos	Visita: 18 de março (2ª feira) Peça de Teatro: 21 de março (5ª feira)	17h15 20h30	Porta principal do Teatro D. Maria II	25
14	Cascais e Estoril – de lugares de defesa a terras de acolhimento (5)	Margarida Ramalho	Todos	27 de abril (sábado)	09h00 às 18h00	Entrada principal do ZOO	40
15	Na Rota dos Escritores: Miguel Torga e Museu de Leiria e Moinho de Papel (6)	Ângela Pereira e Técnicos dos Museus	Todos	11 de maio (sábado)	08h00 às 21h00	Entrada principal do ZOO	40

(1) Ao preço da inscrição **acresce 9,00€** (Visita).

(2) Ao preço da inscrição **acresce 7,00€** (Visita e rádio guias – almoço livre).

(3) Ao preço da inscrição **acresce 25,00€** (transporte, visitas, almoço, prova de vinhos gourmet). **Nota:** Levar roupa e calçado confortável para a caminhada-Grau de dificuldade fácil.

(4) Ao preço da inscrição **acresce 4,00€** (Peça de Teatro) (**). Desdobrada em 2 dias - **Visita** 18 de março (17h30) e **Peça de Teatro** 21 de março (20h30).

(5) Ao preço da inscrição **acresce 33,00€** (Transporte, visita, almoço e rádio guias).

(6) Ao preço da inscrição **acresce 30,50€** (Transporte, visitas, almoço e rádio guias).

Para informações mais detalhadas consulte:

• <http://www.spgl.pt/jornadas-pedagogicas> • facebook: SPGL - Jornadas Pedagógicas da DR de Lisboa

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Ação do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL no ano de 2018



Fotos: Manuel Vasconcelos e Página SPGL - Departamento Aposentados

No passado ano de 2018 organizámos/participámos em 43 ações – 14 ações públicas de caráter sindical e reivindicativo, 1 ação de formação e 28 ações socioculturais envolvendo, no total, cerca de 1400 participantes.

Continuámos a desenvolver a informação do DA dando a conhecer a todos os sócios as atividades propostas assim como o seu desenvolvimento e realização através das publicações em forma de textos, fotos, vídeos e cartazes, no “nosso” site incluído no do SPGL e na página do DA do *facebook*. Igualmente, foram publicadas todas as informações tidas como importantes da responsabilidade do SPGL, FENPROF, CGTP e demais organizações cujas atividades são do interesse e do conhecimento dos docentes aposentados.

No que respeita à ação reivindicativa continuámos a defender as reivindicações definidas e aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF tendo uma participação ativa nas estruturas da FENPROF, IR-CGTP-IN, IR-USL e CN/FCSAP, com a presença em todas as reuniões e iniciativas públicas para que fomos solicitados (14 ações).

Neste campo realçamos a participação do nosso Departamento no Encontro Nacional de Docentes Aposentados, comemorativo do 25º aniversário do 1º Congresso de Professores Aposentados da FENPROF, realizado no dia 26 de novembro na Escola Secundária Camões em Lisboa em que participaram 84 delegados e convidados do SPGL.

De referir é também a nossa participação no 8º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa na Casa dos Direitos Sociais na CML na Bela Vista realizado no dia 22 de Junho com o lema – “Uma vida de trabalho exige valorização das reformas no presente e no futuro”, contribuindo com sugestões e propostas de alteração, estando representados por 9 delegados e pelos representantes do DA da Direção da IR Lisboa do SPGL, na Comissão Executiva da IR-USL, os dirigentes Isabel Gaspar e Joaquim Paquarete.

Levámos a efeito, também, 28 ações socioculturais com realizações diversificadas e bem-sucedidas, socialmente gratificantes, focadas no enriquecimento cultural dos participantes e, ao mesmo tempo, desenvolvendo um espaço de informação e debate das questões reivindicativas.

“O meu livro quer outro livro” é um projeto que concluiu com sucesso o seu quinto ano de atividade continuando a receber autores, a apresentar e a divulgar livros e publicações e a fazer a troca de livros entre os participantes. Todas as sessões foram iniciadas com um momento de informação sindical e finalizadas em ambiente de agradáveis convívios. A diversidade e a qualidade destas ações contribuíram para o seu enriquecimento progressivo, suscitando intervenções e crescente entusiasmo demonstrado pelos participantes com a apresentação de novas propostas para o futuro.

Com 86 participantes terminámos o ano de 2018, em festa, assistindo na Culturgest, ao Memorial de António Pinho Vargas de homenagem à obra de José Saramago e no âmbito do encerramento das comemorações do 20º aniversário da atribuição do Prémio Nobel da Literatura. No restaurante “Sem Dúvida”, terminámos a nossa atividade deste ano e, em ambiente de festa, despedimo-nos de 2018, entre abraços, brindando a um novo ano, que esperamos repleto de novos projetos e novas vitórias, e pelo sucesso do nosso trabalho. ■

ESPAÇO António Borges Coelho
(Galeria SPGL)



Silva Palmeira

Até 15 de fevereiro pode apreciar no Espaço António Borges Coelho um conjunto de pinturas de Silva Palmeira. Sobre o autor, escreve João Prates, do centro Português de Serigrafia: "Nesta sua emblemática série Silva Palmeira exalta a beleza da figura feminina em ambas as culturas, logrando, a meu ver, um duplo pioneirismo em Portugal: a afirmação da influência do Japonismo e o desenvolvimento de uma arte sensual, num processo transcultural que o próprio define como *fusões ou sincretismos*". ■

Próximas exposições:



• **Lurdes Leite (pintura):**
7 de março - 5 de abril

• **Cruzeiro Seixas e Hélio Cunha (pintura):**
11 de abril - 10 de maio

• O meu livro quer outro livro



Enquadrado neste projeto dos professores aposentados do SPGL, Afonso Reis Cabral fez, no Espaço ABC, a apresentação do seu livro "Pão de Açúcar".

Sobre essa obra Natália Bravo, professora aposentada, escreve:

Quatro anos após ter vencido o prémio LeYa com o romance "O Meu Irmão" Afonso Reis Cabral publica "Pão de Açúcar".

Pão de Açúcar criado sobre as últimas semanas de vida de Gisberta, assassinada há doze anos por um grupo de jovens,

num prédio abandonado do Porto, conta o que ninguém viu, pela voz de um dos protagonistas, o Rafa, então com 12 anos à data dos acontecimentos.

Segundo o autor, "Havia um fator, para mim, muito estranho. Um grupo de três rapazes encontra a Gisberta umas semanas antes dos acontecimentos e ajuda-a, dá-lhe arroz, conversam, falam da vida. E, a partir daí, como é que se passa deste ponto para a semana final? É um paradoxo muito grande. O livro é esse paradoxo, é sobre essa transição (...)"

É sobre “essa transição” que as palavras surgem. Ordenadamente, com um rigor como que cinematográfico, a palavra é desenhada, construída, feita imagem e acaba por transmitir ao leitor desprevenido uma paleta de cores, de sons, de cheiros. O decorrer das cenas vai mostrando uma estranha, violenta, absurda e horrenda realidade e o leitor acaba por acompanhar Rafa e os seus dois amigos no caminho atravessado durante aqueles dias, com rumo certo, da Oficina ao Campo 24 de Agosto, até chegar à barraca de Gisberta e no último daqueles dias, à sua morte. Rafa, nas suas habituais explorações às zonas degradadas, “zonas sujas”, enquanto marca os passos que atravessam os caminhos, conta-nos a escola em que é raro pensarem, o dormitório com a camarata dos grandes separada da dos pequenos, a cantina onde por vezes a comida lhes sabe bem, as cenas de violência entre os rapazes, violência consentida, esperada, jogada ao ritmo das infâncias destruídas de cada um e conta-nos assim o bairro no seu todo: “a prosa do bairro falava de droga, sexo e gente velha: (...) lia-se a preto U Can Lock Our Body’s but never lock our spirit’s e a branco Rui Rio paineleiro tira daqui os teus ricos”. Pag.110 A infância maltratada, faz crescer depressa todos aqueles miúdos, o grupo dos mais pequenos e o dos maiores,

cujos sentimentos, pensamentos e comportamentos, Rafa trata com bondade, tolerância e, por vezes, com admiração, entusiasmo e sentido de humor. Todos se sentem viver em absoluta e indestrutível liberdade o que significa poderem fazer tudo o que lhes apetece seguindo apenas as regras do grupo pautadas por uma cumplicidade e fidelidade perversas e brutais, em trajetos rudes e violentos mas, de quando em onde, salpicados de poesia, sensibilidade, solidariedade, coragem e gosto pelo belo. É durante o tempo em que narra o que o cerca, quem conhece e quem deseja, num passeio noturno e solitário que Rafa chega às ruínas do Pão de Açúcar, construção embargada e que assim ficou para sempre. Aí, depois de saltar as grades de acesso às escadas, encontra no escuro de um buraco, uma velha e abandonada bicicleta que logo tomou como sua, iniciando o processo de conseguir pô-la de novo a andar trabalhando com o afinco, a habilidade e a audácia ditadas pela urgência de cumprir um sonho que vai querer manter secreto. A figura de Gisberta surge, pela primeira vez, quando esta se intromete no processo de reconstrução da bicicleta e Gi passa a entrar na vida de Rafa e dos seus dois amigos mais próximos: Samuel, que reconhece, desenha e pinta o belo, e Nélson que vive sempre entre sentimentos opostos e que impulsivamente erra

com frequência na escolha dos seus comportamentos. Após uma reação de desconfiança, nojo e repulsa perante a figura de Gi, uma mulher, magra, suja, com um carrapito a prender-lhe o cabelo, de forma esquisita, mergulhada dentro do esqueleto do Pão de Açúcar, Samuel aceita o seu convite e senta-se perto dela que sorriu numa forma que lhe fez recordar a sua própria mãe, num passado longínquo. “Espreitei para dentro da barraca e encontrei-a a dormir. Pendurei o saco do pão na porta, como na aldeia (...)” pag.69. (...) Não é fácil falar deste livro sem o transcrever nem de passar a narrar na terceira pessoa o que se leu na primeira. O melhor, é mesmo lê-lo.

(Texto na íntegra na página do SPGL www.spgl.pt) ■

Aníbal Vicente

Faleceu no passado dia 3 de janeiro o nosso camarada Aníbal Vicente, membro do Conselho Fiscal no mandato corrente, tendo desempenhado outras funções em mandatos anteriores como membro dos corpos gerentes do SPGL. Os professores portugueses agradecem-lhe todo o esforço e empenho que dedicou à construção de uma Escola mais democrática, de qualidade e de uma sociedade mais igualitária.

Legislação

I Série

- **Decreto-Lei n.º 119/2018 de 27/12**
Cria o novo regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice
- **Decreto Regulamentar n.º 12/2018 de 27/12**
Define e regulamenta a atualização extraordinária das pensões em 2019
- **Decreto Legislativo Regional n.º 23/2018/M de 28/12**
Define os termos e a forma como se processa a recuperação do tempo de serviço prestado em funções docentes
- **Lei n.º 71/2018 de 31/12**
Orçamento do Estado para 2019
- **Lei n.º 4/2019 de 10/01**
Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %
- **Decreto-Lei n.º 6/2019 de 14/01**
Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, quanto à caducidade dos processos disciplinares e às condições de exercício de funções públicas por

aposentados ou reformados

- **Portaria n.º 25/2019 de 17/01**
Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2019
- **Portaria n.º 33/2019 de 25/01**
Regula aspetos da tramitação procedimental do reconhecimento de graus académicos e diplomas atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras
- **Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/01**
Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

II Série

- **Despacho n.º 568/2019 de 11/01**
Rede de cursos do ensino português no estrangeiro da Educação Pré-Escolar e dos

Ensinos Básicos e Secundário para a África do Sul, Namíbia e Zimbabué

- **Despacho n.º 779/2019 de 18/01**
Define as prioridades de formação contínua dos docentes, bem como a formação que se considera abrangida na dimensão científica e pedagógica
- **Despacho n.º 791-A/2019 de 18/01**
Despacho que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2019
- **Despacho n.º 921/2019 de 24/01**
Aprova o Manual de Apoio à Reutilização de Manuais Escolares
- **Recomendação n.º 1/2019 de 30/01**
Recomendação sobre transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional

Ver mais em www.spgl.pt

Progressão na carreira do pessoal docente

Embora o tema sob epígrafe possa parecer desinteressante, por ser suposto que todos os docentes tenham sobre ele uma total informação, o facto é que se tem constatado que nem sempre isso sucede. Parece-me, portanto, importante fazer uma breve abordagem sobre esta matéria para suprir essas lacunas.

Tal como dispõe o artigo 37º do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD), “A progressão na carreira, consiste na alteração do índice remuneratório através da mudança de escalão” e faz-se pelo cumprimento cumulativo de três requisitos: decurso do tempo de serviço prestado em funções docentes em cada escalão, pela avaliação do desempenho dessas funções e pela frequência com aproveitamento de módulos de formação. No que respeita ao primeiro dos requisitos enunciado **a regra** é a de permanência de **4 anos de serviço** em cada escalão com **exceção** do 5º escalão que tem a duração de **dois anos**. Em relação ao segundo requisito, o docente tem, pelo menos, que ter obtido na última avaliação a menção qualitativa de *Bom*. No que respeita ao requisito da formação, o docente tem que ter frequentado, com aproveitamento, ações de formação contínua ou cursos de formação especializados durante, pelo menos metade do ciclo avaliativo, num total que **não pode ser inferior a 25 horas**, (no 5º escalão) e a **50 horas (nos restantes 9 escalões da carreira)**. Contudo, para além dos requisitos supra identificados a Lei vem ainda exigir outros que se aplicam exclusivamente à progressão a determinados escalões, a saber: a observação de aulas, quando se trata da progressão aos 3º e 5º escalões e a obtenção de vaga, quando se trata da progressão aos 5º e 7º escalões. Neste último caso, a Lei veio, contudo, prever uma exceção para os docentes que tenham obtido as menções

de *Excelente* e *Muito Bom* nos 4º e 6º escalões **aos quais não é aplicável** a dependência de vaga para progredir aos escalões seguintes.

Posto isto, a progressão do pessoal docente aos 2º, 3º, 4º, 6º, 8º, 9º e 10º escalões tem lugar **na data em que completa o tempo de serviço no respetivo escalão** (desde que cumpridos os restantes requisitos supra identificados) produzindo-se os correspondentes **efeitos remuneratórios** no primeiro dia dos mês seguinte a esse momento e reportado a essa data. Já no que respeita à progressão aos 5º e 7º escalões e caso não haja lugar à dispensa de vaga, a progressão ocorre na data em que a tenha obtido (desde que cumpridos os restantes requisitos já identificados) produzindo-se também os correspondentes efeitos remuneratórios a partir do primeiro dia do mês seguinte a esse momento e reportado a essa data.

É ainda de esclarecer que o ECD considera ainda, como equiparado o serviço docente efetivo para os efeitos em presença, o que foi prestado por pessoal docente que se encontre a exercer um cargo ou uma função cujo regime legal salvasse a contagem desse tempo na sua carreira de origem. Do mesmo modo prevê que o tempo de serviço prestado pelo pessoal docente em regime de requisição, destacamento e comissão de serviço em funções não docentes mas de natureza técnico-pedagógica seja considerado, para efeitos da respetiva progressão na carreira. Neste caso, o legislador condiciona tal contagem à não permanência superior a dois anos do módulo de tempo de serviço necessário à progressão com avaliação de desempenho igual ou superior a *Bom* durante esse período.

Com vista à obtenção de esclarecimentos adicionais sobre a matéria abordada, deverão os docentes dirigir-se aos serviços de apoio a sócios do SPGL.■



ctt correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTINATO 57775

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 000252019DCEA
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

GREVE 15 GERAL FEV

TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



TODOS SOMOS PARTE
DESTA LUTA!
PARTICIPA E REFORÇA
A UNIDADE NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA!

- ✓ PELA RECUPERAÇÃO DE TODO O TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO
- ✓ CONTRA AS ULTRAPASSAGENS. PROGRESSÕES JUSTAS PARA TODOS
- ✓ POR UMA PROFISSÃO COM ESTABILIDADE
- ✓ APOSENTAÇÃO AOS 36 ANOS DE SERVIÇO, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE
- ✓ POR MEDIDAS QUE COMBATAM O DESGASTE PROFISSIONAL
- ✓ POR UM HORÁRIO QUE SEJA, EFETIVAMENTE, DE 35 HORAS
- ✓ POR RESPEITO PELOS PROFESSORES E INVESTIGADORES
- ✓ PELA REVISÃO ANUAL DOS SALÁRIOS

SPGL . Rua Fialho de Almeida, nº 3
1070 - 128 LISBOA



Frente
Comum
Sindicatos
Administração
Pública